



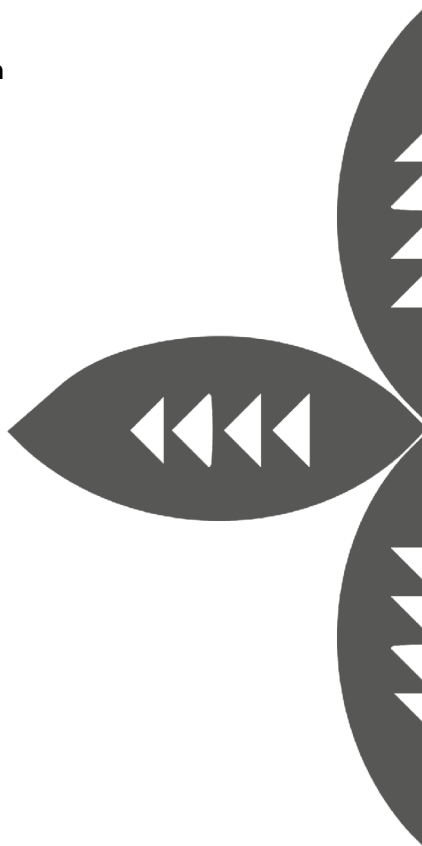
TERRITÓRIOS DE ESCRIVIVÊNCIAS: Desvendando Carolina Maria de Jesus

Claudia Marques Roma
(Organizadora)

TERRITÓRIOS DE ESCREVIVÊNCIAS:

Desvendando Carolina
Maria de Jesus

Cláudia Marques Roma
(Organizadora)



2025



Universidade Federal da Grande Dourados Editora da UFGD

Equipe

Coordenação Editorial

Marise Massen Frainer | Programadora Visual

Divisão Administrativa

Rafael Todescato Cavalheiro | Assit. Admin. | Chefe da Divisão

Thais Gomes de Souza | T.A.E.

Gabriel Brandão de Azambuja Menezes Cavalheiro | Estagiário

Divisão Editorial

Programação Visual, Revisão e normalização bibliográfica

Cynara Almeida Amaral Piruk | Revisora | Chefe da Divisão

Maurício Lavarda do Nascimento | Programador Visual

Brainner de Castro Lacerda | Programador Visual

e-mail: **editora@ufgd.edu.br**

Imagem da capa: Segmento do mural de Wess Gama

Diagramação: Editora Educação Literária

Impressão: Gráfica CS LTDA

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central UFGD

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T326	Territórios de escritórios: desvendando Carolina Maria de Jesus. / Cláudia Marques Roma (organizadora). – Dourados, MS : EDUFGD, 2025. (Coleção Comemorativa aos 20 anos da UFGD; v.14). E-book (pdf). ISBN: 978-85-8147-237-9 1. Educação Antirracista. 2. Lei 10.639/03. 3. Carolina Maria de Jesus. I. Roma, Cláudia Marques. II. Título.
------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



Conselho Editorial

Marise Massen Frainer

Presidente

Cláudia Gonçalves de Lima

Vice-Reitora

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (Titular)

Marisa de Fátima Lomba de Farias (Suplente)

**Representante da Câmara de Ensino
de Pós-Graduação e de Pesquisa**

Emilia Alonso Balthazar (Titular)

Narciso Bastos Gomes (Suplente)

Representante da Câmara de Ensino de Graduação

Thissiane Fioreto (Titular)

Alzira Salete Menegat (Suplente)

Representante da Câmara de Extensão e Cultura

Fernando Perli (Titular)

Victor Hugo Rodrigues de Souza (Suplente)

Representante do Conselho Universitário

Eliane Souza de Carvalho

Representante da Comunidade Externa



SUMÁRIO



- 7 **Apresentação**
- 11 **Introdução**
Claudia Marques Roma
- 23 **Desvendando Carolina Maria de Jesus**
Claudia Marques Roma
- RELATOS DE EXPERIÊNCIAS**
- 44 **O barraco/casa pobre e romantizado de Carolina Maria de Jesus: vida e Literatura**
Alexandra Santos Pinheiro
Rafael de Jesus Braz
- 63 **O nós e o outro Carolina Maria de Jesus e o lugar da extensão: relato de experiência sobre os "territórios de escrevivências"**
Maria José Martinelli Silva Calixto
- 74 **Educação antirracista: experiências desenvolvidas com o projeto "territórios de escrevivências" - um olhar a partir da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.**
Alex Sandro Vergino Lima
Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza



88

Relato de experiência – projeto territórios de escrevivências*Valéria Sales Menezes**Gabriele Cerzósimo Quinzani**Edmundo Martins Batista**Wagner Souza Goulart*

106

Oficina o RAP antes do RAP*Alandisson dos Santos*

123

Questionário de Avaliação

127

Carolina Maria de Jesus e seu quarto de despejo: relato de**projeto de extensão realizado na escola estadual Fernando Correia da Costa, Rio Brilhante MS***Julio Gonçalves da Silva*

135

Carolina Maria de Jesus: um estímulo a consciência racial*Ana Paula Archanjo Batarce*

155

Carolina vive!*Edvim Lourenço Costa Moreira Borges*

159

Territórios de escrevivências – eixo temático fome*Eny Lícia Pimenta Montenegro**Claudia Marques Roma*

183

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)



APRESENTAÇÃO

O projeto “Território de Escrevivências” potencialidades de leitura da obra/vida de Carolina Maria de Jesus teve seu início em 2023 como uma proposta de extensão ligada ao curso de Geografia, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O objetivo principal do projeto é destacar as múltiplas potencialidades de leitura que emergem da obra e da vida de Carolina Maria de Jesus. No decorrer do ano seguinte, em 2024, as professoras Claudia Roma e Ana Paula Batarce, que atuavam como coordenadoras de três projetos de extensão, nomeadamente - “Práticas socioespaciais cotidianas: potencialidades da linguagem imagética e audiovisual na produção de territórios de escrevivências; Casa: Carolina Maria de Jesus e Negritude em Debate” da UFGD e UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e responsáveis por disciplinas na graduação referente as relações étnico-raciais, chamaram a atenção para questões cruciais. A invisibilidade e as diversas formas de violências que afetam as mulheres negras na história da formação socioespacial brasileira e a inaplicabilidade da Lei 10.639/03 na prática educativa e sociedade em geral.



Nessa constatação observavam que uma parcela significativa da população ainda desconhece à importância de Carolina Maria de Jesus e que, nas escolas a implementação da mencionada lei ocorre de maneira limita, restrita ao mês de novembro, em razão das comemorações do Dia da Consciência Negra. Isso resulta numa carência de discussões sobre África e cultura afro-brasileira no decorrer do ano letivo.

Em resposta e na luta contra esse cenário, em 2024, foi criada a rede de pesquisa que reúne docentes e discentes de diversas instituições, dentre essas, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Essa colaboração interinstitucional consegue aprovação no edital PDPG-Políticas Afirmativas - Capes. A equipe de pesquisadoras(res) e docentes: Claudia Marques Roma (coordenadora), (Geografia-UFGD); Ana Paula Archanjo Batarce, (Geografia-USP/UFMS); Alexandra Santos Pinheiro, (Letras-UFGD); Paula Vanessa de Faria Lindo, (Geografia-UFFS); Maria José Martinelli Calixto, (Geografia-UFGD); Flaviana Gasparotti Nunes, (Geografia-UFGD); Valéria de Marcos, (Geografia-USP); Carolina Russon Simon, (Geografia-UNESP); Júnia Cristina Pereira, (Artes Cênicas-UFGD); Karla Neves (pesquisador- Coletivo Clandestino; Mateus Fachin Pedroso, (Geografia-Unesp); Mirtes Rose M. da Conceição, (Geografia-UFGD); Ana Letícia Espolador Leitão, (Geografia-UFGD). As(os)



pesquisadoras(res) discentes: Núbia Fritiz, (Geografia-UFGD); Eny Lícia Pimenta Montenegro, (Psicologia-UFGD); Alandisson Santos, (Geografia UFGD); Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza, (Geografia UFGD); Victor Gabriel Domingues Bezerra, (Geografia-UFGD); Gabriele Carvalho Guimarães, (Geografia-UFGD); Rafael de Jesus Braz, (Letras-UFGD); Mário Meirelles (Geografia-UFGD).

Desde então uma série de ações, no âmbito do ensino-pesquisa-extensão, vem se desenvolvendo nas escolas públicas de Educação Básica, Universidades, praças e teatros. Essas ações visam a reflexão de uma crítica social sobre as complexas questões que envolvem a etnicidade, a raça, a classe, o gênero. O projeto é estruturado em quatro eixos interconectados: 1) Educação Antirracista, com ações de extensão em Escolas Públicas e Universidade; 2) Formação continuada para professores da rede estadual e municipal; 3) Visibilidade étnico-racial; e 4) Pesquisa, mapeamento de indicadores socioeconômicos e de saúde de mulheres negras; Lei 10.639/03 e dispositivos educacionais.

Com uma apresentação do projeto e alguns relatos das experiências desenvolvidas ao longo da sua implementação, será compilado esse livro que comemora os 20 anos da UFGD. Este esforço editorial reafirma a missão da Universidade em fomentar discussões relevantes sobre a temática étnico-racial, de classe e gênero tanto no Brasil como em Mato Grosso do Sul.

A UFGD, por sua vez, incorpora na grande curricular de diversos cursos de graduação e pós-graduação



a obrigatoriedade de disciplinas como “Tópicos em cultura diversidade étnico-racial”. Além disso, a Universidade possui a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), diversos núcleos de ações afirmativas na sua estrutura organizacional, o que reforça o seu compromisso social.

O livro resultante desse projeto será organizado em duas partes. A primeira incluíra uma introdução que delineia os objetivos, as justificativas, as metodologias e os eixos do projeto. Além disso, haverá uma apresentação dedicada a Carolina Maria de Jesus, intitulada “Desvendando Carolina Maria de Jesus”, que visa contextualizar (mesmo que brevemente) sua vida e obra. A segunda parte do livro trará relatos das experiências das atividades desenvolvidas ao longo do projeto, proporcionando uma visão abrangente das iniciativas.

21 de julho de 1955

(...)Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 1960)¹.

“E quem lê vai saber como as coisas são injustas e vão lutar para que isso não se repita mais” (Carolina Maria de Jesus – Cia dos Inventários)

Boa Leitura!

1 JESUS, Maria Carolina. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014 [1960]. 200 p.



INTRODUÇÃO

Claudia Marques Roma

Na trajetória histórica da formação socioespacial brasileira, os protagonistas, as obras de arte e autores que se destacam foram na sua grande maioria homens brancos. A marginalização e invisibilidade da população negra remonta o período da comercialização dos corpos africanos durante o processo de escravização transatlântica, quando essas pessoas foram desumanizadas e transformadas em mercadorias, (Muanga, 2004²), esse fenômeno contribui para a construção de uma estrutura social profundamente racista e patriarcal.

Dentro desse contexto, diversos autores oferecem contribuições para desvelar essa estrutura, dentre os(as) quais Gonzales (1984³), Nascimento (2009⁴),

2 MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoess-DeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

3 GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, São Paulo, 1984, p. 223-244.

4 NASCIMENTO, Abdias do. Democracia racial, mito ou realidade? [S. l.], 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/democracia-racial-mito-ou-realidade-2>. Acesso em: 10 jun. 2023.



Piedade (2017⁵) e Almeida (2019⁶). Em seu discurso de posse, Silvio Almeida faz referência a um antigo ditado iorubá:

“Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje. Presente, passado e futuro são realidades entremeadas e, nessa encruzilhada que nos encontramos, eu diria que são também indissociáveis. Não nos movimentamos apenas em um plano, para que não nos esqueçamos jamais da grandiosidade das nossas lutas. Nossa conexão é com passado, presente e futuro”. E, “como ministro de Estado, ousou dizer que o Brasil ainda não enfrentou a contento os horrores da escravidão, como outros traumas que se avolumam sobre nós, o que permite que a obra da escravidão se perpetue no racismo, na fome, no subemprego e na violência contra os homens e as mulheres pretas e pobres deste país”.

Almeida ressalta que a configuração da sociedade contemporânea não pode ser devidamente compreendida sem os conceitos de raça e racismo, sendo esse último sempre estrutural. Ele afirma que o racismo fornece as bases (sentidos) e lógicas para reprodução das desigualdades e violências que moldam a vida no seu cotidiano da população negra (Almeida, 2019). Gonzales, por sua vez, evidencia a “naturalização” do racismo, onde afirmar que “[...] mulher negra, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta... Portanto têm mais é que ser faveladas. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa

5 PIEDADE, V. Dororidade. São Paulo: Editora. 2017.

6 ALMEIDA, Silvio L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.



de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus [...]” (González, 1984, p. 4).

Na sua obra, Carolina Maria de Jesus retrata as lutas e contendas desse passado, presente e futuro. A sua vida e de muitas mulheres são marcadas por relações de raça-gênero-classe que se estruturam num racismo cotidiano e institucional. Os corpos de mulheres, em especial de mulheres negras e indígenas, enfrentam opressões cotidianas, manifestadas por meio da violência doméstica, feminicídio e outras expressões da violência. Conforme uma pesquisa realizada pela Vital Strategies, 75% das vítimas de violência física e sexual são mulheres, sendo as mulheres as pretas e pardas as mais afetadas, especialmente considerando que a localização geográfica influi no risco de sofrer violências (G. do Estado, 2023).

O Brasil se caracteriza como um país onde os corpos de mulheres são cortados, rasgados, manchados, dilacerados e mortos; 1.467 mulheres são mortas por serem mulheres, e, segundo dados, 1,2 milhões de mulheres foram vítimas de diferentes formas de violência, das quais 63,6 % são negras. Nesse cenário, a cada 6 minutos 83.988 mulheres foram estupradas (FBSP, 2024⁷). A relação entre os corpos de mulheres, particularmente as mulheres negras, e a estrutura social escravocrata e patriarcal revela que “o patriarcado re-

7 Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2024. 404p. pfile:///C:/Users/marqu/Downloads/Anu%C3%A1rio%20Brasileiro%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%202024-1.pdf



apresenta uma estrutura de poder baseado tanto na ideologia quanto na violência” (Saffioti, 2004⁸, p. 60).

De acordo com Simon (2020⁹) e Pedroso (2022¹⁰), essa dinâmica impacta diretamente a saúde das mulheres, que, frequentemente se encontram em situações de vulnerabilidade, silenciamento, violência e de invisibilidade (Alves; Pedroso; Guimarães, 2019¹¹; Guimarães *et al.*, 2023¹²). As violências se apresentam “[...] como manifestação da dinâmica e da trajetória de uma sociedade - seja nos seus aspectos estruturais ou conjunturais -, ora como fenômeno específico que se destaca e influência essa mesma dinâmica social” (Minayo, 2006¹³, p. 07-08). Essas questões estão intrinsecamente ligadas à realidade socioespacial bra-

8 SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

9 SIMON, C. R. A promoção da saúde feminismo e contraespaço: mulheres e sua luta para se manterem vivas. Dissertação de Mestrado em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2020.

10 PEDROSO, M. F. (2022). Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP. Tese de Doutorado em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

11 ALVES, Natália Cristina; PEDROSO, Mateus Fachin; GUIMARÃES, Raul Borges. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. Caderno Prudentino de Geografia, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p.09-24, 2019.

12 GUIMARÃES, Raul Borges ; PEDROSO, Mateus Fachin ; SILVA, Kayque Virgens Cordeiro; ALVES, Natália Cristina. Contexto geográfico e corpo: outras possibilidades de des(construção) das normas de saúde e gênero. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. (Org.). Corpos e Geografia: expressões de espaços encarnados. 1. ed. Ponta Grossa - PR: Todapalavra, 2023, v. 1, p. 434-455.

13 MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.



sileira, onde saúde, educação de qualidade, gênero e desigualdade recaem de forma assimétrica e intensa sobre a população negra, perpetuando reflexos históricos que impactam a vida, sobretudo das mulheres negras e empobrecidas (Werneck, 2016¹⁴; Pedroso, 2022). Carolina Maria de Jesus, escreve-vive, de forma incisiva, as violências que permanecem presentes na vida das inúmeras Carolina(s) atuais.

Dessa forma, ao refletirmos sobre o “Xirê filosófico” de Vilma Piedade (2017), compreemos a importância do diálogo feminista e uma democracia feminista, que aposta na construção do Feminismo Dialógico Interseccional, onde a história da mulher preta, os marcos civilizatórios, precisam ser incorporados nas nossas pesquisas e ações feministas atuais. Afinal, as violências herdadas da colonialidade, produziu esse silêncio histórico, o Mito da Democracia Racial, o não lugar, a invisibilidade do “não ser, sendo” (Piedade, 2017, p. 17).

O Brasil foi forjado no mito da democracia racial e como ilustra o projeto realizado pelo Instituto da Mulher Negra, fortalecer a Lei 10.639/03 nas escolas significa visibilizar que: “tem muita mais gente no mundo que faz e está fazendo mais coisas importantes. Mas, a minha escola não fala muito delas. Eu quero uma escola que também ensine sobre heróis e heroínas que se pareçam comigo. Luisa Mahin, Aqualterne e Carolina de Jesus” (Geledés, 2015¹⁵). O plano nacional de

14 WERNECK, Jurema P. Racismo institucional e a saúde da população negra. *Rev. Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p.535-549, 2016.

15 INSTITUTO DA MULHER NEGRA (2015). <https://www.geledes.org.br/programa-de-comunicacao-abre-edital-para-curso-de-multimidia/>



implementação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana evidencia “que a população afrodescendente está entre aquelas que mais enfrentam cotidianamente as diferentes facetas do preconceito, do racismo e da discriminação que marcam, nem sempre silenciosamente, a sociedade brasileira” (2006¹⁶, p. 13) e para os(as) pesquisadores da temática das relações étnico-raciais existem muitas dificuldades para efetivação da Lei 10.639/03 (Jesus e Miranda, 2012¹⁷). Essa constatação reforça o argumento de Silvio Almeida (2018), segundo o qual isso acontece porque há séculos a ideologia do racismo estrutural vem sendo edificada.

Perante essa realidade, fortalecer a aplicação da Lei 10.639/03 nas instituições de ensino de nível básico e superior por meio da obra/vida de Carolina Maria de Jesus torna-se potente, pois nos permite a partir dela, exteriorizar o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e com isso desenvolver as discussões e práticas antirracistas com os estudantes dos diferentes níveis de ensino. Numa leitura que permita que as invisibilidades se tornem visibilidades concretas.

16 BRASIL. Lei 10.639/2003 (lei ordinária) de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm > Acesso em: 04/2023

17 JESUS, Rodrigo Ednilson de; MIRANDA, Shirley Aparecida de. O processo de institucionalização da lei nº. 10639/03. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: MEC/UNESCO, p. 49-72, 2012.



Com base em Akotirene (2019¹⁸) e Almeida (2019) as questões estruturais da sociedade brasileira, perpassam por uma leitura de raça sem classe e gênero, ainda para a autora e para o autor, no que tange às questões raciais a diversidade não basta, é preciso igualdade, pois não existe e existirá respeito às diversidades num mundo em que as pessoas morrem de fome ou são assassinadas pela cor de pele. Ao analisar a encruzilhada de opressões pela perspectiva teórica da interseccionalidade podemos “mostrar mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal” (Akotirene, 2019, p. 30). Nesse sentido, a nossa leitura e ações perpassam pela perspectiva analítica de raça-classe-gênero através da obra/vida de Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, periférica, mãe solo, escritora, artista e poetisa, retrato de milhares de Carolina(s) esquecidas no Brasil. Pois, como relatou Carolina Maria de Jesus (2014, 10 ed. p. 32) “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!”.

Portanto, trabalhar com a obra/vida de Carolina nos permite pensar as Carolina(s) do passado, presente e futuro. Nesse sentido, Almeida (2019, p. 41) destaca que o racismo é um fenômeno institucional e/ou estrutural e que como ideologia molda o inconsciente “e a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras [*acrescentam-se indígenas*¹⁹] não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemo-

18 AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019.

19 Acréscimo nosso.



rar a própria libertação, graças à bondade de brancos conscientes”. Sendo assim, conforme já destacamos, o enfoque na obra/vida de Carolina Maria de Jesus irá ao encontro das questões levantadas pelo Geledés (2015), alcançando os objetivos de disseminação da obra da referida autora e fortalecimento da Lei 10.639/03 através do ensino sobre a história, geografia e cultura africana e afro-brasileira nas escolas e para sociedade.

No projeto “Territórios de Escrivivências” trabalhamos os temas expostos mediante 4 eixos de atuação que se articulam, por uma Educação e Sociedade antirracista: 1) Ações e atividades desenvolvidas em Escolas Públicas da Educação Básica, com base na Lei 10.639/03; 2) Formação continuada de professores da rede estadual de educação; 3) Visibilidade étnico-racial: sociedade em geral, por meio da articulação arte-educação-política em praças, teatros e eventos; 4) Pesquisa: levantamento de dados, mapeamento e análise de indicadores socioeconômicos, saúde e violência de mulheres negras e dispositivos educacionais com base na Lei 10.639/03. Nesse sentido, o projeto engloba os três pilares da Universidade – ensino/pesquisa/extensão.

Metodologicamente, o projeto articula múltiplas linguagens ao mesmo tempo que engloba a inter e transdisciplinaridade. Por meio de múltiplas linguagens trabalham-se produções de visualização cartográfica, audiovisual, fotografia, teatro, instalação de arte, oficina de *rap*, oficina de escrita dentre outras que permitem o debate conceitual que perpassa a interseccionalidade raça-gênero-classe no ensino, pesquisa e extensão.



No contexto do projeto, o conceito de escrevivências de Conceição Evaristo, torna-se central, pois possibilita a produção de memórias e histórias que reflitam as trajetórias e realidades vividas em Territórios de Escrevivências. Isso permite a construção de um espaço dialógico e polifônico que possibilita a constituição de sujeitos críticos e atentos(as) à realidade socioespacial em que estão inseridos(as).

O termo escrevivência produzido por Evaristo perpassa pela memória e história da formação socioespacial brasileira, um escrever-viver da coletividade. No seu núcleo central destaca o Escrever-Viver (escrevivência) como um ato de resistência que engloba escrita e vivência, escrita e existência, uma escrita e arte. (Evaristo, 2020²⁰). Memórias e histórias grafadas no(s) corpo(s) produtos-produtores da formação socioespacial brasileira, um saber-viver corporificado.

As escrevivências são interrogativas (Evaristo, 2020). As reflexões de Hissa (2006²¹, p. 115-116) provoca-nos ao indagar “o que significa ser imaginativo e provocativo?”. E pondera que “se imaginar é construir imagens através da imaginação, tais imagens, assim concebidas, não são ‘algo fora do eu’, alcançados pelo olhar. Elas são também um produto de processos interiores”. A imagem pode ser compreendida por

20 EVARISTO, Conceição. As escrevivências e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

21 HISSA, Cássio E.V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.



meio de diversas representações e que a “imagem não é algo externo ao observador é o próprio observador que representa e cria” e assim “é a imaginação que faz com que a imagem, processada pelo sujeito, torne-se sempre uma representação do mundo sob leitura”. Hissa debate a construção da teoria da imagem, que não é externa ao eu, uma imagem processada (produzida) no interior do sujeito e da representação do mundo pelos olhos desse sujeito. Uma produção imagética corporifica.

A produção das imagens, das escritivências e da arte (nas suas diversas formas de expressão) são saberes corporificados que se espiralam em memórias, histórias e geografias de formações socioespaciais específicas.

Com o advento das tecnologias da comunicação e da informação, na sociedade marcada pelo Tik Tok e “Trump” uma Educação Antirracista, demandas novas abordagens metodológicas, capazes de contemplar as necessidades e expectativas dos(as) estudantes no tempo-espço vivido pelos(as) mesmos(as). Nesse contexto, faz-se necessário, metodologias inovadoras e diversificadas, comprometidas com a construção das mais diversas territorialidades e leitura da realidade socioespacial, para uma melhor produção/apropriação do conhecimento pelos(as) estudantes e que lhes possibilitem ir além dos conteúdos previamente elaborados. E, acrescenta-se, na sociedade digital, do Tik Tok e da ansiedade o processo ensino-aprendizagem torna-se um desafio. É, nesse sentido, que trabalhamos os temas correlacionados contemplando múlti-



plas linguagens, enquanto arcabouço teórico-metodológico do projeto de pesquisa-extensão.

Numa sociedade imagética, a utilização das imagens por meio de fotografia e audiovisual torna-se elemento potencializador na compreensão da realidade socioespacial e na produção do conhecimento ativo, principalmente de jovens do ensino médio de escolas públicas, na formação docente numa articulação teoria-prática. Assim, justificam-se práticas educativas e de produção do conhecimento com o uso de imagens (fotografia e audiovisual), criadas pelos(as) próprios(as) estudantes, pois podem-lhes proporcionar o exercício de um olhar crítico-reflexivo no processo de construção das suas próprias territorialidades.

No mesmo sentido, de correlação com os temas geradores de potencialidades, trabalhamos com oficinas de *Rap*, com a temática "*O Rap antes do Rap*", através da obra de Carolina e o papel das mulheres nessa expressão cultural. Essa metodologia tem sido potente no processo de ensino-aprendizagem diante dos desafios atuais da Educação, principalmente de uma perspectiva de Educação Antirracista. As escolas têm se tornado territórios vivos e pulsantes de culturas marginalizadas e periféricas.

Ainda no que tange as múltiplas linguagens, são realizadas oficinas de expressão corporal e teatro, para o entendimento do corpo como construção social e o reconhecimento das diversidades e diferenças.

As escriturais, vão sendo produzidas no Escrever-Viver na literatura, na arte e na geografia, num



tempo-espço, da vida, da escola, da família, dos territórios e lugares dos(as) sujeitos. No processo de produção do conhecimento (aprendizagem-ensino), os produtos e processos, dessas diversas formas de escriturências tornam-se verdadeiros territórios de escriturências dos(as) sujeitos individuais e coletivos.

Temos apreendido que num mundo em transformação, as múltiplas linguagens possibilitam um melhor processo ensino/aprendizagem, seja no âmbito dos(as) alunos(as), professores e a própria sociedade em geral²².

É diante desses apontamentos e num processo contínuo de produção do conhecimento, se inscreve o projeto “Territórios de Escriturências”. Um projeto que por meio da vida/obra de Carolina Maria de Jesus busca contribuir com uma Educação e sociedade Antirracistas. Ao adotarmos como referencial teórico-metodológico a obra/vida de Carolina e as escriturências, oficinas de *rap*, teatro, instalação de arte, linguagens imagéticas, dentre outras, procuramos alcançar-praticar, uma educação como prática da liberdade que se distancie da educação bancária conforme ensinamentos de bell hooks (2013²³).

E como nos ensina Carolina “Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é” (Diário de Bitita, 1986)²⁴.

22 Quando nos referimos à — sociedade em geral — estamos nos referindo a comunidade, ou seja, as pessoas que não pertencem a comunidade universitária e escolar.

23 hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brabão Cipolla. São Paulo: editora Martins Fontes, 2023.

24 JESUS, Carolina Maria. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



DESVENDANDO CAROLINA MARIA DE JESUS

Claudia Marques Roma

O projeto “Territórios de Escrivivências”, trabalha com relações étnico-raciais e antirracismo na intersecção raça-gênero-classe, por meio da obra e vida de Carolina Maria de Jesus, escritora e artista, mulher preta, concreta, periférica, mãe solo, neta de ex-escravizados(as), filha de lavadeira, com pouco acesso à educação formal, migrante. Denotam-se esses marcadores socioespaciais para compreensão dos processos e dinâmicas que se inscreveu a vida e a obra de Carolina.

Carolina nasceu em 14 de março de 1914 em Sacramento Minas Gerais. Neta de ex-escravizados(as), a mãe Maria Carolina de Jesus (conhecida como Cota), mulher preta descendente de ex-escravizados(as) dos garimpos de ouro de Minas Gerais, era trabalhadora doméstica e sem alfabetização formal, produto das contendas da estrutura socioespacial brasileira que excluía a população negra do acesso à educação formal. Desde criança, Carolina, manifestava o desejo de apreender a ler e escrever e expressava uma inces-



sante curiosidade sobre o mundo – tudo perguntava, tudo queria saber (História Preta (H.P), episódio 2²⁵).

A patroa da mãe de Carolina pagou os estudos dela por dois anos na escola Alan Kardec, assim, Carolina seria a primeira pessoa da família a frequentar uma escola e nessa escola, pela primeira vez, foi exposta ao racismo “chamam ela de neguinha feia que tinha olhos de sapo, filha de macaco”, Carolina odiava a escola, mas teve de engolir o choro e tudo isso contribuiu para que focasse nos estudos. Carolina foi obrigada a sair da escola, pois a mãe, desempregada, precisava sair de Sacramento deixando para trás a escola, para a qual nunca mais voltou (H. P., ep. 2).

No ir e vir do processo de migração forçada, pois nos espaços que moravam e trabalham viviam sem condições mínimas de vida, com trabalhos análogos à escravidão a família retorna para Sacramento Minas Gerais. Carolina:

Todos os dias a tarde Carolina sentava na frente de casa para ler o mesmo livro. Um livro antigo de capa dura e preta que ensina a falar e escrever bem o português. Os vizinhos incomodados com aquela cena de todos os dias chamaram a polícia para prender Carolina. Nos anos 30 no interior de Minas Gerais uma mulher preta como ela lendo um livro como aquele era quase ofensivo. Parece exagero, mas existia no código penal brasileiro um dispositivo que dava margem legal para prender Carolina. Aquilo que ficou conhecido como Lei da vadiagem foi

25 Carolina Episódio 2: Diário de Bitita, História Preta, Pesquisa, roteiro e apresentação Thiago Ándre. Spotify, acesso em 2025.



feito sobre medida para encarcerar pessoas negras ao serem encontradas vagando pelas ruas sem trabalho e sem ocupação. Carolina que sentava para ler todos os dias em horário de trabalho a vista de todos desafiava a regra não escrita no Brasil [...] disseram que o livro que Carolina lia todos os dias era um livro de feitiçaria e que ela na verdade tava tramando contra a vida dos brancos da cidade. Carolina foi presa, mas não sozinha, sua mãe que sempre esteve por perto, saiu em sua defesa e foi detida junto com a filha. Dias depois quando saíram da cadeia Carolina e Cota sua mãe ficaram conhecidas como bruxas lá em Sacramento” (H. P., episódio 3²⁶).

Esse fato demonstra que mesmo com a abolição da escravidão o racismo estrutural da sociedade brasileira, com todos os seus grilhões e chibatadas, não libertou a população negra, principalmente as mulheres e, dentre tantas marcas, marcou em Carolina o racismo e o preconceito por meio da falta de acesso à educação formal e melhores condições de vida. Materializando o racismo estrutural fruto da formação socioespacial brasileira e seu modo de produção escravocrata.

Dos maldosos recebeu o apelido de “Carolina do Diabo” (H. P., ep. 2). Sem opção precisaram novamente sair de Sacramento, assim, Carolina e a sua mãe, no processo de migração, chegaram em Franca, interior do estado de São Paulo. E como já nos conta a histórica Carolina e a sua mãe viveram em condições

26 Carolina Episódio 3: Poetisa Negra, História Preta, Pesquisa, roteiro e apresentação Thiago André. Spotify, acesso em: 10 jan. 2025.



demasiadamente precárias, momento em que Maria Carolina de Jesus e Carolina Maria de Jesus, mãe e filha, precisam se separar.

Carolina, em 1937, chega em São Paula, a capital dos “sonhos” de muitos(as) migrantes brasileiros(as) com apenas 23 anos e sozinha. Momento em que sentiu uma grande solidão e tormento com a cidade grande. Ao chegar na grande cidade trabalhava como trabalhadora doméstica, pois sendo mulher preta e sem escolaridade não lhe restavam alternativas. Mas, Carolina não se adaptava com os empregos fixos que na realidade do Brasil dos anos 40, poderia ser um paralelo do trabalho escravo (H. P., ep. 3).

Carolina nessa trajetória engravidada. O pai da criança, um americano sumiu do mapa quando soube da gravidez de Carolina (como muitas das histórias de mães solo no Brasil). Na, São Paulo da época ninguém empregava uma mulher grávida e Carolina teve de ir morar nas ruas e albergues e se misturava nas ruas da São Paulo dos “sonhos”, como uma “mulher, migrante, preta e pobre” (H. P., ep. 3).

Carolina, vive nas ruas de São Paulo, descreve nos seus escritos a imensidão e solidão da cidade grande, e em 1947 foi morar numa ocupação na rua Antônio de Barros, um terreno baldio. Assim, a rua - volta no seu cotidiano. Até chegar as margens do Rio Tietê onde nasce a favela de Canindé.



Figura 1 - Carolina Maria de Jesus.



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/14/carolina-de-jesus-escritora-que-traduziu-em-palavras-uma-realidade-incomoda>

A LUTA POR MORADIA

A prefeitura de São Paulo, numa ação, decidiu recolher as pessoas que viviam nas ruas e despejá-las num terreno sem infraestrutura, distante da cidade que se tornou a favela do Canindé.

Situada num terreno público, em um meandro do rio Tietê prestes a ser canalizado, a favela do Canindé originou-se em 1948 por estímulo da própria Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), que concedeu a área para o assentamento de famílias desalojadas da ocupação de um terreno particular, e, treze anos depois, em 1961, foi extinta. A escritora Carolina Maria de Jesus, que havia publicado seu “best seller” *Quarto de despejo* no ano anterior, foi moradora da favela. (Barone, 2019²⁷).

27 BARONE, Ana C. Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações. *Afro-Ásia*, núm.



Assim a favela de Canindé foi criada pela própria prefeitura de São Paulo, construída de improviso, as margens do rio Tietê para abrigar 99 famílias que teriam sido desabrigadas de uma ocupação por moradia e dentre essas estava Carolina. Carolina, grávida de João José (seu segundo filho), pois tinha perdido o filho da primeira gestação, conseguiu um terreno com seis metros de frente e doze de fundos. O lugar não tinha água encanada, saneamento e energia elétrica. (H. P., ep. 4²⁸).

Foi dado um pedaço de terra para construir a sua casa, seu lar! Desde então Carolina começou a pensar como iria construir a sua casa, visto não ter dinheiro para comer, vestir e muito menos para construir uma casa segundo ela. Foi então que ela ficou sabendo que na cidade uma igreja estava passando por reforma, então foi de bondinho até a igreja e pediu para o padre os materiais que estavam sendo retirados. O padre doou! Ela carregou esses materiais durante 3 dias, numa distância de 10 km. Carolina então passou a construir a sua casa, porque estava prestes a ganhar o seu segundo filho, e pensava no bem-estar da sua família! (H. P., ep. 4).

18 de Julho [...] Cheguei no inferno. [...] Às vezes eu saio, ela vem até minha janela e joga o vaso de fezes

59, pp. 43-76, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77066579002/movil/#:~:text=Situada%20num%20terreno%20p%C3%ABlico%2C%20em,treze%20anos%20depois%2C%20em%201961%2C>. Acesso em: 03 mar. 2025.

28 Carolina Episódio 4: Quarto de Despejo, História Preta, Pesquisa, roteiro e apresentação Thiago Ándre. Spotify, acesso em: 03 mar. 2025.



nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas.” (Jesus, 1960, p. 16).

19 de julho Despertei as 7 horas com a conversa dos meus filhos, fui buscar água. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila, (Jesus, 1960, p. 17).

18 de maio [...] Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo (Jesus, 1960, p. 35).

Figura 2 - Carolina na favela de Canindé



Fonte: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia/>

30 de maio [...] O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga (Jesus, 1960 p. 47).

9 de junho de 1958 Eu já estava deitada quando ouvi as vozes das crianças anunciando que estavam passando cinema na rua. Não acreditei no que ouvia.



Resolvi ir ver. Era a Secretaria da Saúde. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não usar as águas do rio. Que as larvas se desenvolvem nas águas. [...] Até a água... que em vez de nos auxiliar, nos contamina. Nem o ar que respiramos, não é puro, porque jogam lixo aqui na favela (Jesus, 1960, p. 57).

Figura 3 - Carolina na favela de Canindé.



Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/05/14/interna_pensar,1266453/carolina-de-jesus-e-referencia-para-jovens-escriptoras-brasileiras.shtml.

12 de agosto de 1958 [...] Atualmente é difícil para pegar água, porque o povo da favela duplica-se. E a torneira é só uma (Jesus, 1960, p. 109).



Figura 4 - Carolina, os seus três filhos(a) na favela de Canindé.



Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/05/14/interna_pensar,1266453/carolina-de-jesus-e-referencia-para-jovens-escriptoras-brasileiras.shtml

Figura 5 - Carolina na favela de Canindé.



Fonte: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/pobre-e-negra-enfrentou-preconceito-e-teve-livro-traduzido-para-14-linguas/>



No Brasil, após abolição da escravidão, os espaços periféricos das cidades, sem mínimas condições de vida, como a favela de Canindé e tantas outras no Brasil do passado e do presente, representaram, enquanto imaginário simbólico coletivo, o lugar destinado às pessoas pobres e pretas abandonadas a sua própria sorte. Nesses espaços precarizados a intersecção entre raça-gênero-classe foi um dos principais elementos da formação socioespacial brasileira. Um lugar desumanizado! No qual, as “mercadorias” do modo de produção escravista poderiam ser jogadas e amontoadas.

Assim, as favelas no Brasil são as expressões geográficas das desigualdades socioespaciais. Como dito, uma espacialidade, produto da formação socioespacial brasileira marcada pelo modo de produção escravista e de um pós-abolição que não foi acompanhado de políticas propícias para reparação e inserção da população negra e indígena no mercado de trabalho formal, nas políticas habitacionais, nas políticas educacionais e de saúde, ou seja, em condições de vida dignas.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as favelas são “aglomerados subnormais”. O significado de aglomerado remete a um conjunto de coisas e pessoas, uma aglomeração. Um dos seus sinônimos – amontoados -, e subnormal, significa dentre os seus termos, abaixo do normal ou inferior ao padrão. Em resumo, pode-se entender a espacialidade – favela - como um amontoado de pessoas vivendo (sobrevivendo) sem condições dignas de vida e acesso, em alguns casos sub-humanas.



Nas palavras de Carolina Maria de Jesus que viveu as espacialidades periféricas, no sentido restrito e amplo do termo, a favela se aproxima do que imaginava ser o inferno. “A origem do termo ‘inferno’ é **latina**, *infernus*, que significa ‘as profundezas’ ou o ‘mundo inferior’. Origina-se da palavra latina pré-cristã *inferus*, ‘lugares baixos’, *infernus*. [...] um tormento ardente no submundo”.

No qual, para Carolina, o fedor das fezes nos corpos das crianças se juntava a lama pobre entremeada entre o rio e os barracos. A água do rio que chega pela torneira — contaminada, o lixo.

Figura 6 - Carolina na favela de Canindé



Fonte: <https://medium.com/revista-bravo/biografia-e-livro-de-in%C3%A9ditos-ampliam-olhar-sobre-carolina-maria-de-jesus-327d55233baa>

15 de maio de 1958 (...) Eu classifico São Paulo assim: O palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos. (Jesus, 1960, p. 32).



20 de maio de 1958 (...) Devo incluir – me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (Jesus, 1960, p. 37).

Produto dessa formação socioespacial, Carolina no processo de reprodução de sua vida cotidiana — cotidiano coletivo — na favela de Canindé, mesmo que “Fora de Lugar” ou num “Entre-Lugar” transforma o espaço em território de escrituras.

O território de escritura de Carolina é produto do modo de produção escravista que no processo de escravização da população africana e indígena transformou pessoas em mercadoria; de um pós abolição que marcou a sua trajetória de mulher, preta e pobre sem direito a ter direitos; de uma sociedade patriarcal que lhe imputou as dificuldades de ser mulher preta e mãe sozinha; um espaço (favela) abandonado pelo estado como as mulheres, pretas e pobres; da fome-amarela. E, nesse território de escritura, de sofrimento e violências, que, Carolina se constitui criticamente, atentando-se à realidade socioespacial em que estava inserida.

13 de maio Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. (...) continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.
... Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:



_ Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mande-i-lhe um bilhete assim:

_ “Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço, Carolina.”

.... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maios de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (Jesus, 1960, p. 31-32).

Escritora, intelectual orgânica, poetisa, compositora e cantora. Carolina, se utilizou de todas as formas de expressões para tornar-se reconhecida e mais do que isso, deixar registrado na história a trajetória das pessoas negras inviabilizadas no Brasil. Carolina, por meio da sua escrivência, em obras, contos e canções, entoou bem alto as rugosidades do Brasil escravocrata.

Na música Moamba, Carolina descreve como em “*Quarto de Despejo*” a realidade socioespacial não somente dela e de seus filhos(a), mas de um perfil racial, de gênero e de classe da população brasileira e as suas condições de vida. Um dos significados da palavra moamba representa “produto ou mercadoria contrabandeada”, “mercadorias”, desumanizadas e racializadas.



Moamba

*Eu não tenho casa
Nem comida pra comer (nem comida pra comer)
Eu não tenho casa
Nem comida pra comer
Ai, meu Deus, trabalho tanto
E vivo nesse miserê
Eu sofro tanto
Dura a minha provação (dura a minha provação)
Ora, eu sofro tanto
Dura a minha provação
Todo mundo come carne
Eu só como arroz e feijão
Não tenho vestido
Nem sapato nem chapéu (nem sapato nem chapéu)
Não tenho vestido
Nem sapato nem chapéu
Quem não tem de ir pra cima
(oi) não adianta olhar pro céu
Eu vivo de tanga
Muito triste e descontente (muito triste e descontente)
Ora, eu vivo de tanga
Muito triste e descontente
Me botaram uma moamba
(oi) minha vida não vai pra frente
Moamba...*

Composição: Carolina Maria De Jesus.



O Escravo

Quando comecei o tráfico de negros para o Brasil, os ricos do Rio de Janeiro foram os primeiros que especializaram os negros para revender. Entre eles estava o meu bisavô, que foi revendido várias vezes. Como quem compra é dono, os pretos não tinham vontade própria.

Um preto apanhava muito e resolvi fugir. Embrenha-se na mata. Andou indeciso até encontrar uma taba de índios. Quando eles viram o preto pensaram que era um macaco.

O preto quis fugir, mas foi atingido por uma flecha na perna e caiu gemendo. Os índios se aproximaram, observando-o, incrédulos, a sua cor preta. Cor da noite. Carregaram o preto para a taba. Retiraram a flecha e o sangue jorrou.

Eles provaram o sangue. Era doce igual ao sangue dos brancos. E era vermelho igual ao sangue das feras que eles abataram. Falavam. E o preto não entendia. Mas o gemido do preto era igual às pessoas feridas. Pensaram: será que este homem de pele preta da cor da noite é melhor do que os brancos? Resolveram curar a ferida que sangrou. Puseram uma infusão, e a dor cessou. Deram ao negro frutas selvagens, carne de aves e peixe para comer.

Mas conservaram o preto amarrado com cipó e embira. O preto chorava e lembrou na sua mãe, que devia estar amarrada no tronco. Recordava da África, onde ele era feliz e podia cantar ao som da cuíca e da canjarra.

Um dia levou o preto às margens do rio para lavá-lo. Começaram a esfregar o preto com uma pedra rústica para clareá-lo. Dois seguravam e outros esfregavam.

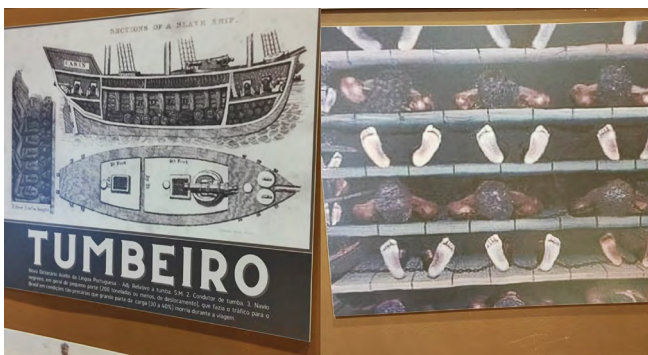
Deixaram o preto em carne viva. Ele chorou e morreu de dor. Os índios pensavam que a sua cor preta era sujeira.



Pobre preto que ansiava a liberdade e encontrou a morte! Ou, de um jeito, ou de outro, o preto sempre encontra obstáculos na vida.

Carolina: Uma Biografia, Tom Farias.
Malê Edições, 402 p.

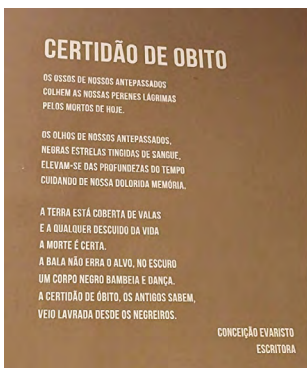
Figuras 7 e 8 - Representação do navio tumbeiro.



Fonte: museu dos pretos novos.

Fotografia: Claudia Marques Roma, Rio de Janeiro, 2024.

Figuras 9 e 10 – Certidão de óbito e cova coletiva do período escravocrata.



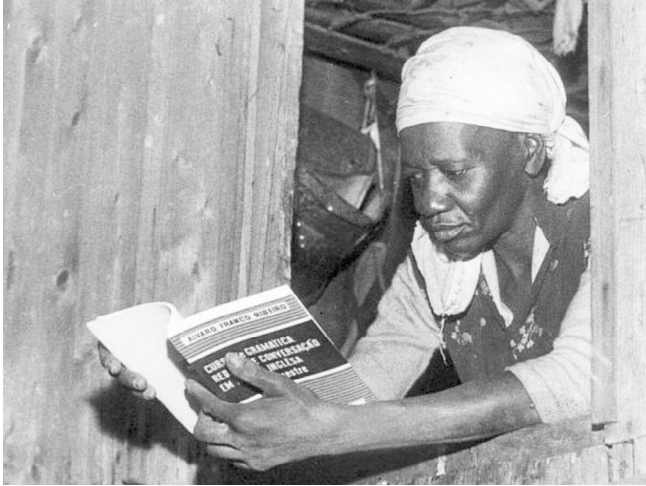
Fonte: Museu dos Pretos Novos.

Fotografia: Claudia Marques Roma, Rio de Janeiro, 2024.



VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DA(S) CAROLINA(S)

Figura 11 - Carolina Maria de Jesus.



Fonte: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/carolina-maria-de-jesus-faria-110-anos-conheca-sua-trajetoria/>



Figura 12 - Carolina e seus livros.



Fonte: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/carolina-maria-de-jesus-faria-110-anos-conheca-sua-trajetoria/>

O *podcast* História Preta nos seus episódios sobre Carolina Maria de Jesus, relata que:

Carolina lia e escrevia todos os dias, religiosamente. Nos anos 40, Vinte anos antes da publicação de seu



livro de maior sucesso “Quarto de Despejo” ela já tinha peças de teatro, rascunhos de romance e poesia [...]. Ela bateu de porta em porta nas redações de jornais e editoras a fim de mostrar seu trabalho e conseguir ser publicada por alguma editora [...] na maior parte das vezes todos arrumavam desculpas para não ter de lidar com uma mulher preta e pobre [...] Tomavam ela como louca [...]; Carolina, buscou incessantemente a sua arte e a fama que poderia trazer dinheiro para o bolso, comida na mesa e dignidade para sua vida [...] as mulheres daquela época que como Carolina quisessem se aventurar como escritoras enfrentariam uma sociedade extremamente machista que ainda acreditava que para as mulheres estava reservado o cuidado do lar, das crianças e do marido, caso essas mulheres fracassassem na ventura literária voltariam ao confinamento do lar, mas Carolina não era uma mulher. Não para aquele Brasil dos anos 40. Carolina era mulher, mas também era preta. Às mulheres como ela, o Brasil reservou o que tinha de pior.

No início dos anos 50, mesmo com os três filhos e as dificuldades de conseguir um trabalho fixo, Carolina se manteve firme no plano para ser reconhecida como escritora. Não seria mais o resto social, o lixo humano que ninguém queria lidar [...] ser escritora faria dela uma pessoa respeitada, era dignidade. Por isso Carolina, assim, que pode voltou a frequentar as redações dos jornais para apresentar os seus textos a fim de conseguir uma oportunidade para ser escritora.

Carolina, mulher negra, mãe solo, que vive parte da sua vida na favela (tida como favelada), escritora, coisa excepcional na cabeça de muitos [...]. Carolina morava na favela de Canindé quando se tornou mundialmente conhecida por publicar um livro, um diário que relatava



a luta para manter seus três filhos longe da fome e da miséria. Quarto de Despejo foi o livro mais vendido do Brasil durante 6 meses quando foi lançado em 1960, foi traduzido em mais de 13 línguas, editado em diversos países. Recebeu prêmios, foi bajulada por presidentes, intelectuais e escritores do calibre de Pablo Neruda. E nos perguntamos? Como uma mulher tão grande como Carolina pode desaparecer da memória pública brasileira?

De algum jeito parece que a vida de Carolina Maria de Jesus sempre esteve pelos corredores da memória coletiva, nunca no centro. Mas, ao que parece não foi um mero acidente, uma obra do acaso. Famosa no mundo interior mais esquecida pelo seu próprio país.

A verdade é que antes de Carolina Maria de Jesus ser esquecida pela história, depois de sua morte, ela sofreu com o apagamento enquanto estava viva, no auge do sucesso. Para alguns ainda era muito incômodo uma mulher preta e favelada ser a escritora mais lida do Brasil. Pois, no Brasil dos anos 50, as discussões públicas sobre classe e raça eram restritas ao ambiente acadêmico, habitat, quase natural dos homens brancos. Verdadeiro espaço da colonialidade do saber e do poder.

Raça-gênero-classe, discussões que por muito tempo foi abandonada nos currículos formativos das Universidades e Educação Básica. E por isso perguntamos: Onde e quando, ouviu pela primeira vez falar de Carolina Maria de Jesus? Carolina(s) que foram “apagadas” da memória coletiva brasileira. No Brasil do passado, presente e futuro nos perguntamos: **Quem conhece Carolina?**



RELATOS DE EXPERIÊNCIAS



O BARRACO/CASA POBRE E ROMANTIZADO DE CAROLINA MARIA DE JESUS: VIDA E LITERATURA

*Alexandra Santos Pinheiro
Rafael de Jesus Braz*

*“Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”
(Carolina Maria de Jesus)*

INTRODUÇÃO

Esse texto é o relato de quem um dia leu Carolina Maria de Jesus e se impressionou com as imagens poéticas reunidas ali. O contexto de suas obras já representa, todo ele, matéria de poesia, diga-se lá, de dura poesia, gerada pela pele negra da mãe solo, da catadora de papel, do sujeito invisível da Favela do Canindé. A mulher Carolina, que recolhia do lixo/luxo, descartado das casas da capital mais rica do Brasil, o que poderia ser vendido e, assim, transformado no pouco dinheiro utilizado no sustento de seus três filhos. Os papéis em branco, entretanto, eram preservados para si. Com eles, ela escrevia o seu cotidiano,



pensava a sua situação, registrava o que a movia todos os dias para repetir a saga diária de uma favelada.

Foi assim que lemos Carolina Maria de Jesus a primeira vez. A Alexandra ainda estava na graduação e, nas aulas, nenhum professor citou o nome da escritora. Ela lia o que seus professores diziam que toda pessoa que deseja um diploma de Letras deve ler, os clássicos. No caderno de leitura que alimentou ao longo dos quatro anos de faculdade, tem nomes representativos da literatura russa, da francesa, da brasileira e da alemã; mas não tem Carolina Maria de Jesus. Essa foi uma leitura extra, algo que não mereceu, naquele momento, ser registrado em seu orgulhoso caderno. Talvez porque Carolina e seu diário promoveram nela uma identificação tão intensa e foi tão facilmente entendida que pareceu não ter mérito para entrar no rol de uma Literatura com letra maiúscula.

A Alexandra leu *Quarto de despejo* por acaso, uma leitura que não trouxe a voz de um dos tantos professores de literatura que ela admirava. Então, a tomou simplesmente como um diário potente, que mostrava um contexto que ela conhecia, a favela. Ela não cresceu no Canindé, mas foi em um barraco que sua irmã, sua mãe e ela se reencontram com o pai em São Paulo. SÃO PAULO!, a capital mais rica do Brasil e, na mesma proporção, miserável para Carolina e tantos outros que buscam nela o sonho de uma vida melhor e se veem reféns das sobras de quem efetivamente desfruta de sua riqueza. Não por acaso, a favela é definida pela escritora como “o quintal onde jogam os lixos”.



O Rafael, por sua vez, vivenciou uma graduação em Letras com um olhar mais abrangente. Pela prática humanística de um professor, ele experienciou um encontro transformador com a obra de Carolina Maria de Jesus. Lembra com nitidez do impacto causado pela leitura de *Quarto de Despejo*, uma identificação que não vinha apenas da potência da escrita, mas da ausência dessa voz em toda a sua formação anterior. Questionou-se, quase com indignação: “por que nunca havia lido Carolina no Ensino Médio? Como pôde ter passado por tantos anos escolares sem conhecer uma autora negra, periférica, cuja etnia e classe social se assemelhava a dele?” Rafael, também Jesus de sobrenome, reconheceu em suas palavras temáticas o aspecto atemporal da fome, da escassez, da favela.

A ausência de Carolina em sua trajetória escolar passou a ser compreendida, pouco a pouco, como sintoma de silenciamentos estruturais. A leitura durante a graduação não foi apenas acadêmica, foi política, afetiva, e profundamente pessoal. Carolina não apenas escancarou as mazelas da desigualdade social, mas também ofereceu outra possibilidade de pensar o lugar da escrita, da autoria e da memória. Hoje, cursando o mestrado em Letras, ele escolheu caminhar ao lado dela em um projeto de pesquisa vinculado a uma extensão que se fundamenta justamente na obra e na figura da escritora. É preciso registrar que o reconhecimento acadêmico de Carolina Maria de Jesus possibilitou a Rafael a bolsa de estudo dada pelo Projeto Território de escrevivência.



Agora, mais do que leitor, ele se vê como multiplicador. Ele deseja que outras pessoas, especialmente estudantes das escolas públicas e privadas, tenham acesso a essa leitura tão necessária, pois, em sua visão, Carolina Maria de Jesus deixou de ser apenas uma referência, tornou-se base, farol e força motriz de um percurso acadêmico que busca reparação e visibilidade. Ler Carolina, por fim, tornou-se um gesto de resistência e compromisso com outras formas de narrar o mundo.

Quase três décadas depois da leitura de fruição (ou tensão?) da Alexandra e da compreensão reveladora do Rafael, encontramos-nos envolvidos no projeto Território de Escrivência. O ousado projeto de pesquisa-extensão idealizado pela professora Claudia Roma, que angariou verbas federais e que move distintas áreas de saber, comunidade acadêmica, Educação Básica e outros parceiros das cidades que compõem a região da Grande Dourados em função da literatura de Carolina Maria de Jesus. A professora Cláudia, uma mulher branca de origem humilde, de vida marcada por violências se identificou com as dores da escritora mineira/paulista/brasileira e acreditou que valia a pena aliar os saberes da Geografia, da História, das Letras, das Artes com os saberes estéticos da escrita de Carolina Maria de Jesus.

A professora Alexandra, também uma mulher branca e nordestina, vê em *Pedaços da Fome*, em *Quarto de despejo*, nas músicas e outras narrativas de Carolina marcas de sua própria trajetória e estabelece ali a co-



nexão. Na identificação, também está o respeito pelas experiências que as separam, a cor da pele, a ausência de um pai para os filhos gerados por Carolina Maria de Jesus, o lixo transformado em sustento para a prole, a ausência da escola. O Rafael, por sua vez, sabe que a sua condição de sujeito homem também é uma marca que o distancia da escritora e das dores narradas. Mas Rafael traz a cor negra e sua origem humilde.

Também ele cresceu em uma realidade onde a sobrevivência era prioridade e os livros, raridade. Outra aproximação se encontra na ausência da figura paterna, que marca sua formação afetiva e a dureza de um cotidiano sem brechas para a sensibilidade. Como muitos homens, foi ensinado a se afastar da emoção, da dor alheia, do íntimo e, por consequência, da literatura. Ao finalmente lê-la, reconheceu ali não apenas a denúncia social, mas ecos da própria infância. Histórias que se repetem e se juntam à voz escrita de Carolina.

Os olhares acadêmicos incapazes de dimensionar as dores das experiências de uma mulher negra têm sororidade. São olhares que reconhecem toda a carga simbólica que um país com quase três séculos de escravidão insiste em alimentar. Assim como a Claudia, a Alexandra e o Rafael, a maioria das/os profissionais que compõem o grupo Território de escrivência são como o jornalista “Audálio Dantas”, ou seja, veem sentido nas imagens poéticas de Carolina Maria de Jesus, expandem sua visão de vida ao compartilhar de suas experiências e da maneira com que ela vê/está/sente/sonha o mundo.



Essa aproximação, no entanto, nem sempre escapa às armadilhas da exotização ou da apropriação simbólica. É preciso estar atento ao risco de transformar Carolina em um ícone silencioso, esvaziando a potência política e subversiva de sua escrita. Quando seus diários são lidos apenas como documentos curiosos ou testemunhos de um tempo remoto, perde-se de vista a atualidade incômoda de suas denúncias. Por isso, mais do que admirar sua estética ou reconhecer sua relevância histórica, é fundamental escutar sua voz com a seriedade e o compromisso que ela exige, uma escuta que desestabilize certezas, que provoque deslocamentos, que nos obrigue a rever nossos próprios lugares de fala e de escuta.

As atividades do projeto de extensão *Território de escrivência* fazem ver/rever Carolina, a importância de suas palavras e a força com que elas ecoam nos jovens das escolas públicas e particulares que se aliaram à proposta, no olhar curioso do público da Universidade Federal da Grande Dourados, da praça da cidade ou do pátio do Teatro Municipal de Dourados. Um público eclético que parou para visitar o “barraco/casa” de Carolina Maria de Jesus.

O “barraco/casa” é uma réplica, idealizada pelo projeto de extensão, do espaço onde a escritora residiu com seus três filhos na Favela do Canindé. A ação é um desafio em termos de logística para montar e desmontar a réplica em espaços tão distintos. A casa/barraco/réplica materializa a luta de Carolina para sobreviver. Inspirada no livro que a lança ao mundo, *Quarto de*



despejo, a réplica é uma materialidade desse livro/diário escrito de 15 de julho de 1955 a 1 de janeiro de 1960. A lucidez com que a escritora transforma em palavra a dor vivida, tentou ser materializada nas tábuas, nas fotografias, nos sacos de lixos posicionados ao lado da réplica. A cada exposição, o desejo de que o público se sensibilize para os temas atemporais promovidos por Carolina: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? [...]” (Jesus, 2007, p. 45- 46).

Neste relato, nós, Alexandra e Rafael, trazemos uma reflexão sobre a maneira com que a casa/bar-raco/réplica de Carolina Maria de Jesus foi recebida ao longo de 2024. São três os espaços de destaque: a exposição realizada no Parque dos Ipês, ao lado do Teatro Municipal da cidade de Dourados; a exposição no saguão do anfiteatro da Universidade Federal da Grande Dourados; e, por último, a maneira com que a casa foi visitada na Praça central da cidade. Terminaremos este relato reflexivo citando a réplica feita pelos estudantes da Escola Estadual Graça de Deus, uma extensão da Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni, na zona rural da cidade Ponta Porã.



AS DIFERENÇAS FORMAS DE VER O BARRACO/ CASA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Cada uma dessas exposições revelou camadas distintas de interação entre o público e a memória de Carolina, refletindo tanto o alcance simbólico de sua trajetória quanto às limitações dos olhares que sobre ela se debruçam. No Parque dos Ipês, a réplica atraiu um público de jovens adolescentes de diferentes escolas públicas de Dourados, despertando uma sensibilidade coletiva em torno da figura da escritora. Já no espaço universitário, o que se destacou foi a tentativa de inserção da casa como objeto de análise crítica, provocando debates sobre literatura marginal, políticas públicas, memória e o lugar da mulher negra na história brasileira. Na Praça central, por outro lado, a casa/barraco atraiu um público diverso, composto majoritariamente por famílias, amigos e curiosos, onde assumiu uma função quase afetiva, como se o espaço urbano acolhesse simbolicamente o que tantas vezes foi excluído.

Todos viam a casa a partir de suas subjetividades, abstraindo seus conhecimentos, empíricos ou acadêmico, sobre o conceito de “casa”. E por diferentes perspectivas, desde o significado mais objetivo e dicionarizado até abordagens filosóficas, sociológicas, antropológicas e literárias, que aprofundam suas dimensões simbólicas, afetivas e sociais, a casa/réplica de Carolina se renovava em sentidos. “Casa” como: “edifício quase sempre destinado à habitação; família; lar” (HOUAISS, s.d, s.p). Ou seja, no sentido mais comum e concreto, casa é o espaço físico de moradia, uma construção onde





se vive. Mas o próprio verbete já traz o termo lar, que remete a uma dimensão mais subjetiva, afetiva, o lugar onde se constrói pertencimento, intimidade, memória.

Milton Santos (2008) contribui com a perspectiva socioespacial da casa, abordando-a como parte das desigualdades urbanas. “Tais dificuldades chegam em um tropel: a educação dos filhos, o cuidado com a saúde, a aquisição ou aluguel da moradia [...]” (SANTOS, 2008, p. 67²⁹). Para ele, a casa, especialmente nas periferias, é o reflexo das contradições da cidade e da exclusão social, revelando as formas como o espaço é apropriado pelas populações marginalizadas. Por último, lembramos que etimologicamente, a palavra “casa” deriva do latim “*casa,ae*”, com o sentido de cabana. Nas duas referências, casa está relacionada a abrigo, que precisa ser visto a partir do contexto social que o engloba.

Em *diário de uma favelada*, a palavra casa aparece 137 vezes e, na maioria das vezes, quando a Carolina se refere à casa de outras pessoas. Nos poucos momentos em que a alusão é feita para si, ela aparece como um sonho almejado: “[...]. Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. [...]. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los” (Jesus, 2014, p. 186³⁰). A palavra bar-

29 SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

30 JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Ilustração Vinicius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.



raco, em contrapartida, aparece em menor quantidade, 36 vezes, mas em todas elas, é para a condição dura da vida que a escritora chama a atenção: “[...] Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida!” (Jesus, 2014, p. 180).

Para seguir adiante, precisamos parar um pouco nos dois fragmentos citados. A edificação casa é sólida no imaginário de Carolina Maria de Jesus. Casa era o que as outras pessoas tinham e o que ela sonhava em conquistar. A sua morada era o contraponto, nomeado por ela como barraco, algo improvisado, suficiente para proteger, ainda que precariamente, da chuva e do sol: “Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta” (Jesus, 2014, p. 08). A falta de tranquilidade da morada improvisada é metaforicamente comparada à sua vida “está igual a minha vida!”. Foram as mazelas do contexto da morada de Carolina que a réplica feita pelo projeto Território de escrevivência desejou alcançar.

O *Quarto de despejo* não representava apenas uma habitação pequena, feita a partir de restos de madeiras e zinco. Neste quarto está o registro do que significa estar à margem, amontoada com os filhos, com medo das chuvas fortes, acostumada ao esgoto a céu aberto. O quarto é, por fim, a metáfora do abandono político, que faz sofrer mentes críticas como a de Carolina. Em busca desses sentidos, eis a imagem da réplica criada pelo Território de escrevivência:



Figuras 1 e 2 - Instalação Casa Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Registro do grupo de extensão. Imagem externa e interna da réplica, 2024.



Conforme explicitamos, das muitas exposições da casa/barraco de Carolina, chamamos aqui a atenção para três momentos. O primeiro ocorreu no dia 16 de agosto de 2024, no Parque dos Ipês da cidade de Dourados. Durante todo o dia, a réplica recebeu estudantes de diferentes escolas públicas da cidade. O parque fica no coração da cidade e nele se encontram o Teatro Municipal, a sede da Academia Douradense de Letras, uma quadra de basquete e de futebol, uma quadra de vôlei de areia e brinquedos para as crianças. A exposição configurava, assim, como mais um atrativo para este lugar arborizado e aconchegante.

A iniciativa de aproximar o público da realidade retratada em *Quarto de Despejo*, não apenas por meio da leitura, mas também por meio da vivência concreta do espaço, deu certo. Ainda que o entorno da casa estivesse marcado por um espaço diferente do “quarto” original de Carolina, as tábuas, a cama e seu colchão gasto, o fogão a lenha e as panelas/latas velhas vazias chamavam a atenção dos jovens e das crianças. Alguns, principalmente os de bairros periféricos, reconheciam as semelhanças com suas próprias vidas. Estes saíam quietos, cabisbaixos. Outros simplesmente deixavam escapar reações espontâneas que revelavam surpresa e curiosidade: “que legal!”, “nossa, que pequeno!”, “imagina viver aqui?”, “que triste, ela vivia aqui?”. Os diversos comentários, ditos com muita naturalidade, mostravam que algo havia sido despertado. Alguns olhavam de novo a casinha por fora, como se eles ainda estivessem digerindo o que viram e/ou sentiram.



O Rafael, em sua primeira vez acompanhando a instalação da casa, percebeu que muitos estudantes tiveram o seu primeiro contato com a história de Carolina Maria de Jesus ali, contato esse que ele não teve quando também estava na Educação Básica. Durante a visita, ficou evidente que houve um impacto. A experiência que aqueles alunos estavam tendo provocava curiosidade, um pouco de absorção da realidade e talvez tenha plantado, em alguns, a empatia, a vontade de saber mais, de pensar o Brasil por outros olhos, os olhos de Carolina.

A réplica foi um instrumento de mediação literária viva para os jovens e pequenos visitantes. Eles acompanharam as fotos de Carolina e, por meio delas, o processo de ascensão da mulher negra, catadora de papel que realizou o sonho da casa de alvenaria por meio de sua escrita. Talvez, os estudantes não tenham sabido teorizar o que viam, mas compreendiam que ali estava o processo de desigualdade social, injustiça, miséria: “Levantei de manhã triste porque estava chovendo. [...] O barraco está numa desordem horrível. E que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é as latas” (Jesus, 2014, p. 42). Imagens retiradas do diário de Carolina que provocavam o imaginário dos visitantes e que seguiam sendo ressignificadas por eles.

Se a exposição da réplica destoou do espaço bonito do Parque dos Ipês, no saguão do anfiteatro central da Universidade Federal da Grande Dourados o impacto não foi diferente. Iluminado por muitos vidros, a casa



ganhou ali um lugar de distinção. Era o evento das Ciências Humanas, estudantes e docentes do Mato Grosso do Sul se aproximavam da casa com discussões teóricas sobre os temas.

Citações como “Passei a noite a noite consertando o telhado por causa das goteiras. Consertava de um lado, pingava do outro” (Jesus, 2014, p. 127); ou “Voltei para o meu barraco imundo. Olhava meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida!” (Jesus, 2014, p. 175) eram destacadas a partir do olhar amadurecido de estudiosos das Letras, da História, da Geografia, da Filosofia. O visitante que estava ali no anfiteatro sabia que as passagens revelavam com profundidade a materialidade precária da vida de Carolina Maria de Jesus. Sabiam que o espaço da casa/barraco não é apenas cenário, mas extensão de sua experiência emocional, social e existencial. Puderam dimensionar, enfim, que a casa, construída com tábuas reaproveitadas, latas e outros materiais encontrados no lixo, é frágil, instável, vulnerável às chuvas e ao tempo, assim como a própria condição de vida que Carolina narrava com dureza e sensibilidade.

Chegamos ao último espaço que escolhemos destacar, a exposição da casa no centro da cidade, na praça principal, ao lado da Catedral. A diversidade de pessoas que entraram e que saíram motivou o grupo nos três dias de exposição. A senhora também catadora de reciclagem que ficou em estado de encantamento; os curiosos que entravam, mas não estavam interes-



sados em saber quem era a mulher que ilustrava os quadros espalhados dentro e fora da réplica, queriam apenas verificar o que era aquele casebre instalado no coração de Dourados. E foi ali que ouvimos, por muitas vezes, a frase que inspirou o título desse tópico: “Que linda!”; “Uma graça”! Para uma das senhoras que fez esse tipo de comentário, nós argumentamos: é uma réplica. A escritora criou seus três filhos em um ambiente parecido a este, sem esgoto, em uma das favelas mais pobres da capital de São Paulo.

Podemos imaginar que as falas diziam respeito ao trabalho do grupo de pesquisa-extensão em promover a exposição. Por outro lado, não dá para perder de vista que uma parcela da sociedade ainda romantiza a pobreza e estetiza a dor, transformando em “graça” aquilo que, na verdade, é fruto de negligência histórica e estrutural. A casa de Carolina, com sua precariedade material e sua densidade simbólica, não deveria ser vista apenas como um objeto curioso ou bonito, mas como um grito que atravessa o tempo. Quando alguém diz “que linda!”, sem compreender o contexto de sofrimento e resistência que aquela estrutura representa, corre-se o risco de apagar a crítica social presente na vida e na obra da autora. Assim, a exposição no centro da cidade não apenas apresentou Carolina ao público, mas também evidenciou o quanto ainda precisamos avançar na construção de uma memória coletiva crítica, que se recuse a transformar a realidade dura das periferias em peça de museu despolitizada.



Os três espaços aqui citados também são significativos porque promovem o deslocamento do barraco afastado para as periferias e favelas para o centro, tornando visível aquilo que as políticas urbanas se esforçam por invisibilizar. Para terminar, vale a pena destacar a réplica confeccionada pelos/as estudantes da escola Graça de Deus, extensão da Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni, conforme explicamos anteriormente:

Figura 3 - Instalação Casa Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Registro do grupo de extensão, 2024.



O trabalho realizado foi fruto de um projeto interdisciplinar proposto pela escola e que contou com a contribuição do projeto de extensão Territórios de escrivência. A imagem da casa é apenas a síntese do que presenciamos no ambiente escolar. Cada sala de aula abordou um aspecto da obra de Carolina Maria de Jesus para a exposição. Fotografias, aproveitamento do solo, leitura, dentre outras temáticas moveram as apresentações. Mas era a casa/barraco que estava no pátio central, lembrando a todos e a todas o ponto de partida do projeto: a escrita/vida de Carolina.

Como o processo de representação está atrelado à subjetividade do sujeito que recria imagens, é preciso dizer que a réplica produzida ali, com o saco preto servindo de telhado, se aproxima dos barracos levantados pelo Movimento dos Sem Terra à beira das rodovias e das retomadas indígenas do estado de Mato Grosso do Sul. O quarto de Carolina Maria de Jesus, na Favela do Canindé, e a réplica construída pelos estudantes na zona rural da cidade de Ponta Porã rompem a distância geográfica e temporal ao revelar as mazelas de um país que segue construindo margens.

A casa, então, deixa de ser apenas um objeto de exposição para se tornar denúncia e memória viva. Ao ocupar o centro da escola, ela desloca olhares, convoca reflexões e inscreve no cotidiano escolar a presença insurgente de uma mulher que, com papel e lápis, desafiou os limites impostos pela exclusão. A escrita de Carolina atravessa o tempo porque ainda



ecoa nas vivências de tantos corpos marginalizados, e a réplica construída pelos estudantes é também um gesto de resistência, uma forma de dizer que sua história importa, que sua voz ainda reverbera, e que a escola pode (e deve) ser espaço de escuta, de crítica e de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós buscamos centrar nosso relato em torno dos sentidos da casa/quarto/barraco/réplica de Carolina Maria de Jesus. Materializado neste trabalho está uma mediação literária que se faz sentir de maneira palpável. Para alguns visitantes, a imagem central da obra inaugural de Carolina representou apenas o trabalho “bonito” do grupo de pesquisa-extensão. Para outros, a identificação guiou o olhar para o entorno do barraco: a ausência de recursos para uma vida digna, a ausência de políticas públicas, a invisibilidade das dores; e acendeu memórias. O “barraco de número 09”, “da rua A”, na Favela do Canindé, espelha-se nas favelas erguidas pelos Brasil, nas comunidades ribeirinhas abandonadas pelo poder público, nos barracos na beira da estrada daqueles que lutam por um pedaço de terra, nas periferias.

Há Carolinas por esse país afora, vivendo entre as brechas do esquecimento e da resistência, escrevendo suas histórias com palavras, silêncios e gestos cotidianos de sobrevivência. O espaço simbólico que a casa/réplica ocupa em nosso projeto é, portanto, também um lugar de escuta. Escuta dessas vozes historicamente



silenciadas que, como Carolina, transformam a dor em narrativa e a margem em centro. Ao tornar visível o que tantos insistem em invisibilizar, a exposição questiona os modos como olhamos para a pobreza, para o corpo negro, para a mulher escritora que emerge da favela com força poética e política. Assim, nosso relato não busca encerrar sentidos, mas ampliar horizontes de leitura e de sensibilidade, reconhecendo que cada visitante, ao entrar naquele espaço, foi também convidado a rever seus próprios limites de escuta e empatia.



O NÓS E O OUTRO CAROLINA MARIA DE JESUS E O LUGAR DA EXTENSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE OS “TERRITÓRIOS DE ESCRIVIVÊNCIAS”

Maria José Martinelli Silva Calixto

“... o melhor de mim sou Eles”

Manoel de Barros³¹

Este texto se constitui em um breve relato de experiência e objetiva pontuar algumas reflexões sobre atividades desenvolvidas a partir do projeto *Práticas socioespaciais cotidianas e territórios de escrevivências: potencialidades da leitura da obra/vida de Carolina Maria de Jesus*. Tem mais o intuito de trazer inquietações e questionamentos do que de apresentar possíveis respostas, visto que, desde que o projeto teve início, temos sido atravessados(as) por desafios, principalmente pelo fato de vivermos um cenário marcado por fortes polarizações social, econômica, cultural e étni-

31 BARROS, M. Livro sobre nada. Rio de Janeiro: Record, 2001. COSTA, V. da S.; BASTAZIN, V. L. Os outros: o melhor de mim sou eles (encontros, acasos e silêncios na escritura de Manoel Barros). Revista Da Anpoll, 51(3), 148–156. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v51i3.1389>. Acesso em: 03 abr. 2025.



co-racial, fazendo com que as relações de dominação ou de opressão assumam nuances e facetas diversas.

Esse desafio se reforça considerando que o projeto contempla múltiplas linguagens, na sua articulação entre ensino, pesquisa/ação e extensão, tratando de temas como: relações de classe, étnico-raciais, corpo, gênero, violência e saúde, em consonância com a Lei 10.639/03. Ainda que o projeto esteja assentado em quatro eixos, nesta breve reflexão centraremos o foco no eixo *“Educação antirracista: ações de extensão desenvolvidas em escola pública junto aos alunos”*, que visa articular Escola e Universidade.

Para além das possibilidades que um projeto dessa natureza pode assegurar, a atividade de extensão pressupõe, antes de tudo, um compromisso com a sociedade, portanto, uma relação estreita entre NÓS e o OUTRO. E, no caso específico do projeto, pressupõe ampliar a discussão, visando combater e promover práticas antirracistas, fazendo da escola um local em que outras alternativas podem ser construídas por meio de múltiplas linguagens como: fotografia, desenho, audiovisual, teatro, *rap* e/ou outras oficinas que permitam embasar o debate sobre o tema e possibilitar o exercício e a construção dos “Territórios de Escrivências”³².

Nesta direção, o projeto tem possibilitado agregar ao processo de debate e/ou de interlocução, justamen-

32 O termo “escrevivências” foi cunhado pela escritora Conceição Evaristo e se refere, em linhas gerais, à escrita que surge da vivência. EVARISTO, C. *Escrivência*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&t=71s>. Acesso: 15 abr. 2025.

DUARTE, C. L., NUNES, I. R. *Escrivência*. A escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.



te aqueles que podem falar da questão a partir da experiência vivida cotidianamente. Apesar de o projeto ter iniciado há pouco tempo, tem proporcionado experiências extremamente gratificantes. Aqui merece ser citado o caso do pleno envolvimento do corpo docente e discente da Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni - Extensão, no município de Ponta Porã, MS. A comunidade escolar se identificou sobremaneira com o projeto, passando a tratar de temas ligados à questão nas disciplinas das várias áreas de conhecimento, ampliando o debate em sala de aula e culminando com a instalação de uma réplica da casa de Carolina Maria de Jesus, montada e instalada pelos próprios professores e alunos, nas dependências da escola (figura 1).

Figura 1 – Professores e alunos da Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni – Extensão, montando a casa Carolina Maria de Jesus nas dependências da escola.



Fonte: Fotos de Ana Luiza Sotolano e Kelly Mara Soares Dornelles, nov. 2024.



Figura 2 – Casa Carolina Maria de Jesus, montada por professores e alunos, na Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni – Extensão.



Fonte: Fotos de Ana Luiza Sotolano e Kelly Mara Soares Dornelles, nov. 2024.

Milton Santos (2002³³) aponta que o processo de compreensão do mundo se dá a partir do lugar, pois é a partir do lugar que nos inserimos no mundo. Ou

33 SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.



seja, o lugar é lócus de construção de referências socioespaciais, é a partir do lugar que se dá o entremear do caminhar/viver/fazer.

Essa experiência, dentre outras, revela que a partir do lugar da escola, no diálogo com a Universidade, as possibilidades foram gestadas e construídas, permitindo o entrelaçamento entre o NÓS e o OUTRO.

Dar luz à obra e vida de Carolina Maria de Jesus (mulher negra-mãe-periférica-escritora-artista), por meio da interlocução da Universidade com a escola pública, e com a comunidade em geral, significa não apenas reforçar a importância da aplicabilidade da Lei 10.639/03 (articulando ensino-pesquisa-extensão, em consonância com as políticas afirmativas e diversidade), mas também tentar desmistificar o “mito da democracia racial”, dando visibilidade àqueles e, sobretudo, àquelas mulheres que, no decorrer da história, foram invisibilizadas.

O advento do lugar como pertencimento e o cotidiano como possibilidade de transformação, constitui uma frente que vem sendo perseguida e/ou explorada pelo projeto. Aqui cabe uma ressalva para destacar, por exemplo, que construir uma proposta de extensão, que consolide os verdadeiros propósitos de alcance à comunidade, não é tarefa simples, visto que envolve um compromisso e um fazer coletivo e uma imbricada relação entre NÓS e o OUTRO. Em outras palavras, são muitos os esforços somados na construção de uma atividade de extensão que possa, de fato, consolidar os verdadeiros propósitos de alcance à comunidade, sobretudo nas ciências humanas.



E isso, por sua vez, envolve a questão do que fazer, para quê, para quem e como fazer, colocando o desafio de encarar o processo de defrontação com a realidade - que é complexa - e tentar buscar respostas ou gerar novos questionamentos e outras possibilidades, a partir do cotidiano.

Nesse limiar se coloca uma questão fundamental: Qual a contribuição da extensão no processo de entendimento da realidade? Ou, qual o propósito da extensão? É fazer extensão pela extensão ou deverá estar imbuída de um compromisso social?

Nessa “lógica” da produção acadêmica, o lugar que a extensão ocupa parece ser menor, reproduzindo e reforçando certa hierarquia fortemente marcada pela preponderância da pesquisa.

Contudo, no processo formador ou propiciador do amadurecimento acadêmico, sem a extensão, por exemplo, o ensino se esvazia, pois a extensão propicia o repensar do próprio conteúdo do ensino. Embora seja a razão de ser da universidade, o ensino não se sustenta em si mesmo, ou seja, o ensino em si não é suficiente, ele precisa ser realimentado pela pesquisa e, também, pela extensão.

Como já apontado, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela equipe do projeto expressa o desafio de contemplar, também por meio da extensão universitária, duas dimensões indissociáveis: o NÓS e o OUTRO.

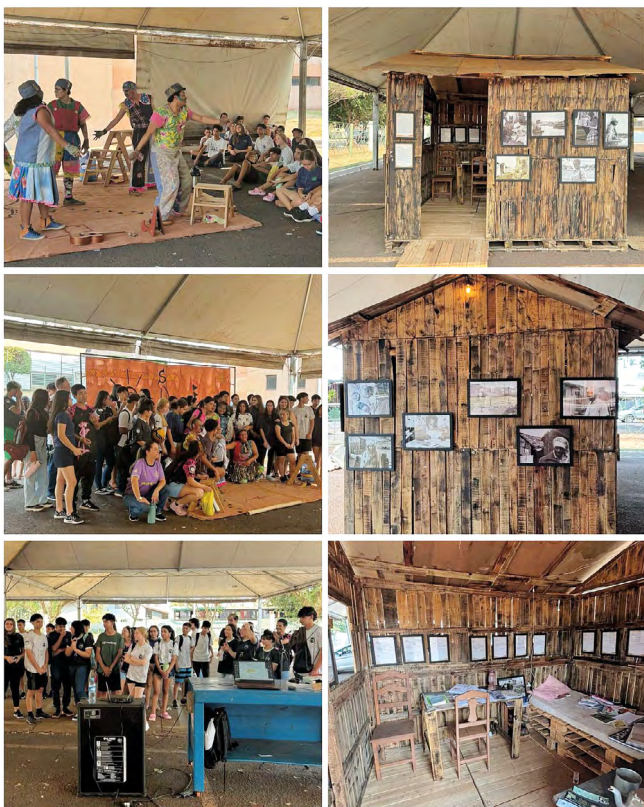
Nesse processo, de interlocução e de estreitamento de diálogo com a comunidade, no ano de 2024,



além de uma experiência de receber para visitação   casa (montada pela equipe do projeto), e apresentar o trabalho desenvolvido por centenas de alunos de escolas públicas (no Parque dos Ipês em Dourados, um dos parques mais frequentados da cidade – Figura 3), merece ser ressaltada a instalação da casa Carolina Maria de Jesus, na praça Antônio João (praça central de Dourados), integrando a tenda de literatura Ilson Boca Venâncio, durante a segunda edição do Festival de Todos os Povos (FESTOP), em outubro de 2024 (Figura 4). Naquele contexto, a casa foi visitada por milhares de pessoas, durante os três dias do festival.



Figura 3 – Alunos de escolas públicas, participando de atividades do projeto, no Parque dos Ipês em Dourados-MS.



Fonte: Fotos de Maria Jose Martinelli Calixto, ago. 2024.



Figura 4 – Casa Carolina Maria de Jesus instalada na Praça central de Dourados-MS, durante o II Festival de Todos os Povos (FESTOP).



Fonte: Fotos de Tatiana Varela, out. 2024.

A produção e instalação da casa no FESTOP e em diferentes locais da cidade de Dourados (parques públicos, praça central, Universidade etc.), tem constituído momentos ímpares em que a comunidade em geral, não apenas conhece a obra e o universo de Carolina



Maria de Jesus, mas, sobretudo, possibilita que possa produzir memórias sobre a realidade vivida, por meio do contato com temas importantes para se pensar a questão de gênero, a questão do racismo etc. Por meio da obra de Carolina, cria-se a possibilidade de reflexão sobre o processo de desigualdade de gênero-étnico-racial, a partir do cotidiano.

O desenvolvimento do projeto tem revelado que a Geografia, por lidar com a dinâmica de produção do espaço, ou seja, por sua própria natureza como área de conhecimento de alcance social, oferece importante contribuição no processo de reflexão acerca da leitura da realidade, pois o ritmo do mundo contemporâneo impõe uma dinâmica que precisa ser respondida. Isso, num sentido mais amplo, envolve a questão de que sociedade queremos e como podemos avançar rumo à construção de outros referenciais.

Nessa direção, se coloca a necessidade do questionamento e de se tentar construir outras alternativas e possibilidades, tornando-se essencial a ampliação e aprofundamento do debate. Esse processo deve se dar em todos os espaços onde é possível debater a questão, buscando avançar na implantação de políticas afirmativas concretas e no subsídio às políticas públicas.

Nas palavras de Bento (2022, p. 89)³⁴:

Isso implica reconhecer ao mesmo tempo o outro e o que somos, apreender nossos lugares recíprocos,

34 BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.



situar os nossos papéis, identificar na estrutura de nossas organizações os elementos que fomentam a supremacia e a história que gerou ônus para uns e bônus para outros.

Considerando que, de acordo com o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* (2006), sobre a população afrodescendente recai, cotidianamente e institucionalmente, a maior carga de preconceito, de discriminação e de racismo; cabe aqui finalizar com um potente questionamento colocado por Bento (2022, p. 84): “Qual é o nosso lugar de brancos e brancas antirracistas?”

Se a realidade que vivemos decorre das nossas práticas e ações, e se elas têm contribuído para reproduzir a lógica da opressão, do preconceito e do racismo, é preciso ressignificar as práticas, para ressignificar a realidade. Como aponta Lefebvre (1991, p. 204)³⁵, “[...] é preciso que se supere o cotidiano, dentro do cotidiano [...]” E, nessa perspectiva, o projeto tem fornecido instrumentos que nos permite avançar em direção à construção de outros e novos caminhos, de outras e novas referências, de outras e novas práticas cotidianas.

35 LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS COM O PROJETO “TERRITÓRIOS DE ESCRIVIVÊNCIAS” - UM OLHAR A PARTIR DA OBRA QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA DE CAROLINA MARIA DE JESUS.

Alex Sandro Vergino Lima

Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza

INTRODUÇÃO

O presente escrito tem por **objetivo** trazer à luz do conhecimento de todos(as) a potencialidade de ações afirmativas, “alternativas”/paralelas para a construção de uma Educação Antirracista. Para tanto, estamos considerando as atividades desenvolvidas com estudantes da etapa do Ensino Médio das escolas estaduais: Flóriano Viegas Machado e Maria da Glória Muzzi Ferreira em parceria com o projeto de extensão transdisciplinar³⁶ **“Práticas espaciais cotidianas: em territórios de es-**

36 Na sequência do texto, o presente projeto será identificado como Territórios de Escrevivências.



crevivências: potencialidades de leitura da vida e obra de Carolina Maria de Jesus", coordenado pela Professora Doutora Claudia Marques Roma do curso graduação e pós-graduação de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

As atividades citadas foram desenvolvidas em sala de aula, durante o ano letivo, com debates de temas potencializadores como: desigualdades socioespaciais, questões sociais, étnico-raciais e de gênero, terminando com uma culminância em que os discentes foram levados a uma exposição pública sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus organizado pelo Projeto de Extensão, posteriormente exigiu-se como atividade avaliativa um resumo sobre o tema.

Vale ressaltar que o debate sobre as questões étnico-raciais é uma necessidade não só do ambiente escolar, mas da sociedade como um todo. Todavia, ao nos restringirmos à escola, estamos nos referindo a adolescentes em processo de formação, uma fase muito importante da vida do ser humano — o adolescer — em que as possibilidades de sucesso no processo de ensino e aprendizagem são maiores. No entanto, para que esse processo se torne menos “doloroso” é necessário lançar mão de linguagens que conversem com os estudantes de maneira lúdica, estimulando a curiosidade e a vontade de fazer parte. E sem nenhuma preocupação de estar equivocado, digo-lhes, não há nada que melhor funcione como estímulo para um estudante do que a promessa de uma atividade “fora dos muros” da escola.



Em foco, ressalta-se que a atividade desenvolvida fora da escola, tratou-se de um evento público, realizado no Parque dos Ipês como a presença de várias outras escolas, a convite do Projeto Território de Escrevivências, e para o deslocamento dos discentes, foi disponibilizado transporte (ônibus) que atendesse à demanda, expedidas todas as autorizações necessárias que envolveram a Coordenadoria Regional/CRE5, pais dos discentes e direção da escola.

CAROLINA EM SALA DE AULA, DEBATES SOBRE FOME, RACISMO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Quarto de Despejo é o retrato da vida de uma mulher preta, favelada, que encontrou na escrita a possibilidade de sair da invisibilidade social. Através de seus diários, Carolina Maria de Jesus denuncia as violências, racial, de gênero, física, psicológica, que a população negra e pobre vive no Brasil. A obra é uma leitura da realidade socioespacial brasileira na década de 1950, retrata a realidade na favela, sumariamente ocupada por negros, em um país com uma população aproximada de 70 milhões de habitantes no período referente.

O censo de 2024 revelou que atualmente somos 212,6 milhões de habitantes, onde a população negra soma 55% (IBGE, 2024), e mesmo sendo um Estado dotado de maiores possibilidades econômicas, o Brasil continua a reproduzir o mesmo ciclo de exclusão e escravagista. Neste sentido os “pretos, assim como Carolina”, apesar de mínimos avanços, seguem ocupando os mesmos espaços marginalizados com proporções



semelhantes à da época retratada na obra. Assim, o Quarto de Despejo continua atual, retratando uma realidade brasileira não muito diferente da década de 1950.

A reprodução do racismo acompanha o desenvolvimento econômico do Brasil, fato esse que no decorrer da história localiza os grupos socioespacialmente no território. Aos negros, restou sair de uma condição de escravizados, para uma condição de empregados de seus antigos algozes.

Enquanto professores(as), acreditamos que a obra de Carolina nos ajuda a entender que fenômenos como a fome, racismo e a violência de gênero se estruturam e reproduzem espacialmente através do tempo, e a partir de então propor caminhos, através de ações no “chão da escola” para superação desses problemas. Carolina denuncia a fome e o racismo na década de 1950/60, a nós, cabe a tentativa, de assim como ela exaurir as angústias com as desigualdades que observamos.

Para tanto, nos propusemos a articular durante o ano letivo de 2024 diversas ações e debates articulando a obra da autora com diferentes autores, também negros(as), que dialogam conceitualmente e evidenciam que os fenômenos citados são indissociáveis.

As ações do Projeto Território de Escrivência foram articuladas nas duas escolas (Floriano Viegas Machado e Maria da Glória Muzzi Ferreira), sob a orientação da professora e coordenadora do projeto, Dr^a. Cláudia Marques Roma em parceria com os professores de Geografia, Alex Lima e a professora Lidiane Cristina.



Na sequência do presente texto apresentamos algumas das ações que materializamos no decorrer do ano letivo

Ações desenvolvidas nas escolas

O primeiro momento foi marcado pela aproximação escola/universidade, com reuniões para acolhida, apresentação do Projeto e alinhamento de atividades.

A primeira escola que recebeu a coordenadora do projeto, a Professora Cláudia Marques Roma, foi a Floriano Viegas Machado. Instituição localizada no bairro Jardim Ouro Verde, área periférica do município de Douros, atendendo cerca de 1.200 (mil de duzentos) alunos entre os períodos matutino, vespertino e noturno.

Figura 1 - Reunião na Escola Estadual Floriano Viegas Machado com os professores parceiros, coordenação do projeto de escritórios e coordenação pedagógica.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).



A segunda escola a receber a coordenadora do projeto, a Professora Cláudia, foi a escola estadual Maria da Glória, instituição estadual de ensino localizada no bairro Jardim Água Boa, atendendo no período diurno cerca de 600 (seiscentos) alunos matriculados nas etapas de ensino fundamental e médio regular.

Figura 2 - Reunião na Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira com a coordenadora do Projeto de Escrivências, professora parceira, direção, coordenação pedagógica.



Fonte: Acervo da autora (2023).

As reuniões tiveram como objetivo a apresentação do projeto, e as discussões sobre as potencialidades de discussões e ações que este poderia dar à luz nas aulas de geografia no decorrer do ano.

Apresentando Carolina

O primeiro contato dos discentes do primeiro ano do Ensino Médio, nas turmas de Geografia regidas pelo professor Alex Lima no período matutino, deu-



-se através de uma aula conjunta realizada na sala de informática (utilizada como sala de cinema na ocasião) com o objetivo de apresentar o documentário Vida e Obra de Carolina Maria de Jesus.

Figura 3 - Aula conjunta, apresentando Carolina através de sua obra e vida.



Fonte: Acervo da autora (2023).

Na Escola Maria da Glória Muzzi Ferreira, em parceria com a disciplina de Arte, com o projeto “Educação através da Leitura”, a professora Lidiane concedeu uma entrevista aos alunos integrantes do projeto. Nela, a professora apresentou Carolina, evidenciou as Escrevivências da autora e a importância da obra Quarto de Despejo para cenário brasileiro e seus temas atuais.



Durante as aulas de Geografia, da professora Lidianne, recebemos os integrantes do Projeto para reflexões acerca das desigualdades socioespaciais, fome e racismo temas potencializadores que somaram ao debate da urbanização brasileira, objeto de conhecimento para o 2º (segundo) ano do Ensino Médio.

Com a oficina “O *rap* antes do *rap*” ministrada pelo graduando em Geografia, Alandisson, os discentes de três turmas do 2º ano do ensino médio (re)conheceram a linguagem musical, principalmente com estilo/cultura *rap* como recurso metodológico e possibilidade de assimilar os objetos de conhecimento por meio da ludicidade, bem como abordar temas potencializadores que as obras de Carolina, além do *Quarto de Despejo*, a autora escreveu outros livros e também era compositora. Alandisson orientou a criação de rimas e estrofes e para êxtase dos estudantes, deu uma “palinha” de batalha de rima utilizando as palavras sugeridas pelos discentes.

Ao final da oficina, alguns estudantes sentiram-se à vontade para mostrar letras de músicas autorais com intuito de aceitar sugestões, o que incentivou o desenvolvimento de múltiplas linguagens nas turmas. O que antes era “aula livre” quando o recurso metodológico é filme, música ou leitura. Hoje, a maioria dos alunos compreendem como a “aula mais legal” do bimestre.



Figura 4 - Discente Alandisson, do curso de Geografia UFGD, ministrando a oficina “O rap antes do Rap” na escola Maria da Glória.



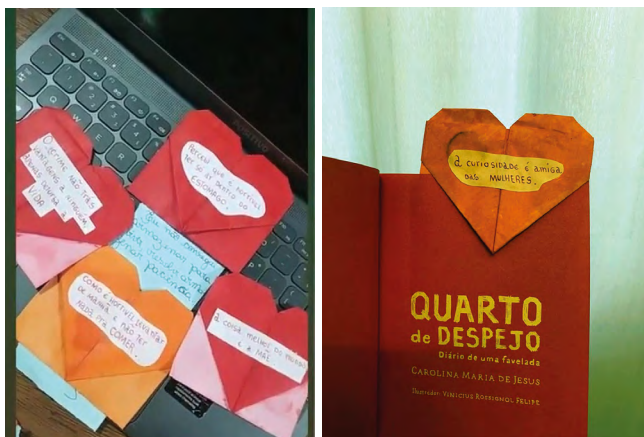
Fonte: Acervo da autora (2023).

Para culminância das atividades compartilhadas acima, foi proposto que os(as) alunos(as) produzissem marca-páginas com trechos e citações do diário de Carolina, *Quarto de Despejo*, que foram distribuídos para toda a comunidade escolar durante a FECELIM, que acontece no mês de novembro nas dependências da escola Maria da Glória.



Em comum acordo entre a professora Lidiane e os(as) alunos(as), essa escolha deu-se com o objetivo de carregar em si as Escrevivências de Carolina, mantendo-a viva através de seus pensamentos e Escrevivências bem como o incentivo à leitura. Assim, com um marca-páginas em mãos, referenciando uma autora reconhecida com uma trajetória parecida com a realidade das meninas e mulheres da comunidade escolar, proporcionamos um singelo “encontro” com Carolina de Jesus e promovemos a curiosidade pela leitura.

Figuras 5 e 6 - Marca-páginas, desenvolvidos pelos discentes.



Fonte: Acervo da autora (2023).

Fome, racismo e desigualdades sociais

A ação citada aconteceu mediante a parceria da professora, Cláudia, durante a aula de Geografia do professor Alex Lima. Na ocasião, a professora, apresentou as



contribuições da obra de Carolina Maria de Jesus para o debate da fome, articulando a obra citada com outros autores de destaque no debate sobre a fome no campo da Geografia, a exemplo de Josué de Castro.

CAROLINA FORA DOS MUROS DA ESCOLA: ARTE E CULTURA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Visita a instalação (Casa) Carolina Maria de Jesus

A instalação, Casa Carolina Maria de Jesus, é parte do Projeto de Educação Antirracista - Territórios de Escrivências, retrata a obra e vida da autora. Para tanto, se caracteriza como um projeto em movimento com o objetivo de levar aos diversos públicos o acesso ao debate antirracista e obra de Carolina através de uma releitura de sua casa. O espaço da casa é utilizado como um ambiente de exposição, composto por uma série de itens que convida os visitantes à reflexão, a partir de um diálogo próximo que rompe os muros da teoria.

Ao final do ano de 2024, tivemos a oportunidade de levar os alunos até uma visita à exposição da instalação Casa Carolina Maria de Jesus, que aconteceu no Parque dos Ipês, município de Dourados. Na ocasião, nos deslocamos junto às turmas de primeiros e segundos anos do Ensino Médio, das escolas Floriano Viegas Machado e Maria da Glória até o parque.

A exposição deu aos discentes a possibilidade de experimentar, uma série de atividades, dentre elas, ob-



servação e reflexão sobre a vida cotidiana de Carolina Maria Jesus e seus afazeres normais de mãe, mulher, trabalhadora e negra que morou por muito tempo em situação de vulnerabilidade; o acesso às diversas obras da autora que mesmo tendo origem condição de desigualdade extrema conseguiu se consolidar e teve êxitos diversos, enquanto escritora, artista, mãe, mulher; a uma exposição de teatro denominada, “Eu, tu nós, Carolina” onde o roteiro tinha como objetivo demonstrar as proximidades e distâncias entre a vida e obra da autora e o público presente.

A exposição teve como ponto êxtase a realização de uma batalha de rima, organizada pelo discente Alandisson, do curso de Geografia - UFGD, em um momento em que a teoria e arte da autora foi transcrita em letras de *rap*, no estilo *freestyle* em que dois MC's se alternam na composição de rimas orientados sobre um tema, no caso específico, a fome, as desigualdades sociais, a educação, a vida cotidiana, a obra de Carolina.

Figuras 7 e 8 – Atividade de extensão Parque dos Ipês.



Fonte: Acervo da autora (2024).



Figuras 9- Ação, visita instalação (casa) Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Acervo da autora (2024).

CONCLUSÃO

A partir das ações experienciadas ao decorrer do ano de 2024 que resultou neste relato de experiência, foi — e continua sendo — possível materializar as Escrevivências da comunidade escolar e perceber os esforços para contribuir com o desenvolvimento de uma Educação Antirracista e as relações étnico-raciais em escolas estaduais do município de Dourados.

Além disso, tais possibilidades surgiram por ação/intervenção/parceria do Projeto de extensão Territórios de Escrevivências, permitindo debater entre e fora os muros da escola temas potencializadores que fazem parte da maior parte da população brasileira como:



desigualdades socioespaciais, racismo, violências, gênero a partir da vida de Maria Carolina de Jesus a da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” no qual descreve os conflitos do passado, do presente e futuro do nosso país. Desse modo, Carolina funda uma literatura do cotidiano atravessado por sentimentos, filosofias, anseios, conflitos, denúncias e geografias.

Por fim, a parceria com o projeto e a gana por uma educação pautada em valores e objetivos salvante da educação “formal” (que conduzia e conduz a educação brasileira baseada na cultura branca/colonizadora) aperfeiçoou a leitura das práticas cotidianas e incentivou múltiplas linguagens durante as aulas elucidando o olhar geográfico a partir das Escrevivência da comunidade escolar das instituições supracitadas que receberam o projeto de maneira enérgica.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

– PROJETO TERRITÓRIOS DE ESCRIVIVÊNCIAS

*Valéria Sales Menezes
Gabriele Cerzósimo Quinzani
Edmundo Martins Batista
Wagner Souza Goulart*

Ao longo do ano letivo de 2024, a equipe da Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso, localizada em Dourados – MS, vivenciou uma experiência educativa marcante por meio da participação no Projeto de Extensão “Práticas socioespaciais cotidianas em territórios de escritivências: potencialidades da leitura da obra e vida de Carolina Maria de Jesus” – “Territórios de Escritivências”, promovido pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em parceria com os cursos de Letras, Geografia e Artes Cênicas.

Coordenado pela professora Claudia Marques Roma, do curso de Geografia da UFGD, o projeto tem como ponto de partida a leitura da obra/vida de Carolina Maria de Jesus, sob a ótica da abordagem interdisciplinar. A participação da escola Ramona se deu por intermédio dos professores Adriano Duarte Segóvia (Geografia), Gabriele Cerzósimo Quinzani (Língua Portuguesa) e Valéria Sales Menezes (Língua



Espanhola), com apoio fundamental do coordenador pedagógico Wagner Souza Goulart e do coordenador de práticas inovadoras Edmundo Martins Batista. Participação esta que mobilizou os estudantes em torno da expressão artística, da leitura e da escrita como ferramentas de resistência, memória, protagonismo e empoderamento.

O projeto foi estruturado em três oficinas principais que estimularam reflexões teóricas e práticas e proporcionaram vivências significativas aos estudantes.

Na primeira oficina, estiveram presentes as professoras Claudia Marques Roma e Maria José Martinelli, ambas do curso de Geografia, e a professora Alexandra Santos Pinheiro, do curso de Letras. A discussão foi baseada na apresentação sobre a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus e do conceito de escrivência, elaborado por Conceição Evaristo. Na ocasião foi ministrada a palestra: “O Brasil e as Carolina(s) do presente, passado e futuro”, na qual os estudantes foram convidados a enxergar suas próprias experiências como matéria literária legítima, bem como pensar o espaço em que estão inseridos e como isso reflete na construção dos sujeitos que somos. De maneira crítica, também puderam perceber que a escrita de Carolina reflete a formação socioespacial brasileira em que a autora está inserida, espaço esse desigual e que foge à ótica eurocentrada, dominadora e forjada no mito da democracia racial.



Figura 1 - Apresentação da trajetória de Carolina Maria de Jesus pelas professoras Cláudia Roma e Maria José aos estudantes da turma 9º ano A.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

Figura 2 - Registro dos estudantes, acadêmicos e professores ao final da apresentação.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

No dia 16 de agosto, ocorreu uma das ações mais marcantes do projeto. Com apoio da Guarda Municipi-



pal de Dourados, os professores e estudantes caminharam até o Parque dos Ipês, onde participaram de uma programação especial promovida pelo projeto. No local, puderam assistir a uma peça teatral, acompanhar uma batalha de rimas e visitar uma reprodução fiel do espaço onde vivia Carolina Maria de Jesus. A atividade foi organizada em parceria com a UFGD e refletiu o compromisso do projeto em proporcionar experiências educativas sensíveis e integradas ao território. A visita emocionou os estudantes, que puderam compreender de forma concreta as condições de vida retratadas por Carolina.

Figura 3 - Estudantes assistindo à peça de teatro apresentada no Parque dos Ipês.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

A segunda oficina, intitulada “*O Rap antes do Rap*”, foi realizada no dia 3 de setembro de 2024, na pró-



pria escola. Essa atividade contou com a participação dos jovens artistas e estudantes universitários: Suco (Lucas Silva), estudante de História na UFGD, *rapper* e compositor; Guisf (Guilherme Silvério Fernandes), DJ, produtor e *beatmaker*; e Alandisson Santos, estudante de Geografia na UFGD. Na ocasião, os ministrantes da oficina elencaram que os principais objetivos estavam relacionados à promoção da escrita criativa nas escolas públicas de Dourados – MS, valorizando a cultura negra e a mulher, por meio de ações educativas antirracistas, bem como o fomento à formação, criação, produção e difusão do *rap* e da poesia, estimulando, assim, os seguintes pontos: a produção musical com composições autorais dos estudantes; o desenvolvimento de habilidades criativas e de expressão cultural; incentivo à apropriação dos espaços educativos pelos jovens; e ampliação do acesso à cultura e sua divulgação pública.



Figuras 4 e 5 - Realização da oficina de *Rap* com os estudantes das turmas: 9º ano A, 9º ano B e 3º ano A.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

Figura 6 - Apresentação de produção da equipe ministrante da oficina.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.



A terceira oficina abordou o teatro e as expressões artísticas, e foi ministrada pela professora Karla Neves, do curso de Artes Cênicas da UFGD. A atividade incentivou os estudantes a experimentarem a linguagem cênica e corporal como forma de comunicação. Por meio de exercícios de improvisação, dinâmicas coletivas e encenações, os estudantes trabalharam a escuta, a oralidade, o respeito ao outro e o autoconhecimento. Essa experiência ampliou as formas de expressão dos estudantes, fortaleceu os vínculos entre eles e contribuiu para que compreendessem a potência do corpo e da voz como instrumentos de criação, denúncia e transformação social.

Figura 7 - Professora Karla apresentando conceitos aos estudantes das turmas 9º ano A e 9º ano B.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.



Figura 8 - Atividade prática realizada com os estudantes das turmas 9º ano A e 9º ano B.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

Como desdobramento das reflexões sobre o conceito de escrevivência, nas aulas de Língua Portuguesa sob orientação da professora Gabriele Certzósimo Quinzani, os estudantes leram trechos da obra *Quarto de despejo* (1960) e escreveram cartas para Carolina Maria de Jesus, estabelecendo um diálogo afetivo com a autora e refletindo sobre suas próprias vivências à luz das questões sociais abordadas no livro.

Vale destacar que a escrita das cartas, aqui colocadas, foi mantida em sua originalidade, com seus desvios da “norma culta” da língua portuguesa, respeitando a escrevivência dos estudantes. Numa dessas cartas, por exemplo, um estudante escolheu atualizar Carolina a respeito das enchentes ocorridas no Rio



Grande do Sul, e teceu uma reflexão sobre o caráter solidário dos voluntários neste momento que, para ele, foi tão delicado para a história de nosso país:

Querida Carolina Maria de Jesus,
Como anda as coisas espero que bem. Bom, não estamos vivendo em um paraíso ultimamente, infelizmente não tenho boas notícias, tem ocorrido algo terrível com o Rio Grande do Sul, uma enchente tomou conta do lugar muita gente ficou desabrigada, e muitas pessoas perderam seus entes queridos, mas pelo lado bom o estado está recebendo muito apoio de famosos e de todo o país, é bonito de ver todos se unindo para ajudar os outros [...]. (Carta do Estudante 1).

Ainda na mesma carta, o aluno fez questão de dialogar com a autora a respeito da discriminação racial e de como a legislação brasileira se posiciona frente a essa problemática. Além disso, ampliou a sua reflexão exaltando a importância de Carolina enquanto símbolo de luta antirracista.

[...] No entanto, nem tudo está perdido, o racismo e o preconceito hoje em dia é crime, e as escolas são obrigadas a 'passar conteúdo' sobre a cultura afro e dessa forma te conheci, vi mais sobre a sua história e o quão forte você é, você se tornou uma grande influência para o mundo não só na sua época mas hoje em dia também. (Carta do Estudante 1).

Em outra carta, uma estudante indígena do 3º ano preferiu dividir com Carolina a sua indignação diante da Lei do Marco Temporal, Lei nº 14.701/2023, que determi-



na que os povos indígenas têm direito apenas às terras que ocupavam ou disputavam na data de promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, afetando diretamente a demarcação de terras indígenas:

Querida Carolina,

Olá, Carolina! Hoje é dia 17/06/24, meu nome é Abigail Arce to no último ano da escola sou indígena moro numa aldeia distrito em município de Amambai.

Pela primeira vez em cinco século, Brasil tem um Ministério dos povos indígenas. A ministra dos povos indígenas e ela e uma mulher o nome dela e Sonia Guajajara, Defendendo o conhecimento indígena como solução para crise climática é a defender os direito.

Houve também o caso de “marco temporal” É um tese jurídica que afirma que os povos indígenas só teriam direito a demarcação das terras que estivessem habilitadas por eles no momento da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Sendo que os povos indígenas estavam no Brasil antes do Brasil ser descoberto.

Pois para os povos indígenas é um grande desafio restringir sua contato com as Terra, que era sua e no qual são maltratados há mais de 500 anos. As aldeia onde a gente mora e pequeno já, cada ano a população aumenta muito, nos últimos duas décadas, a diferença entre zona rural e urbana se tornou mínima tanto no sentido migratório quanto de interação entre ambos, apesar de convívio do índio na cidade ser um fato histórico, o receio contra sua pessoa não diminui com o passar do tempo.

Não há muitas opções aos índios, a mais comum e sair da aldeia em busca de trabalho ou para vender artesanato nas grandes capitais e a educacional. Muitas de



nós nasceram na cidade, pertencendo a classe média brasileira, como atualmente estou convivendo. (Carta do Estudante 2).

Vale frisar o olhar sensível da estudante ao demonstrar identificação com a narrativa de Carolina ao denunciar o descaso do Estado Brasileiro, apenas atualizando o momento histórico e político, contudo, não se abstendo de apresentar a sua posição crítica e reflexiva em relação ao tema.

No componente de Geografia, o professor Adriano Duarte Segóvia abordou a regionalização e os espaços urbanos a partir da obra de Carolina Maria de Jesus com os estudantes do 9º ano A/B e 3º ano A. Temas como crescimento das cidades, expansão das favelas, desigualdade social e moradia foram trabalhados de maneira crítica, relacionando o conteúdo ao contexto atual dos estudantes e fortalecendo a percepção de que os processos espaciais refletem relações de poder, de política e de exclusão, que não devem ser negligenciadas.

Nas aulas de Língua Espanhola, com a professora Valéria Sales Menezes, para iniciar o projeto foram distribuídos trechos da obra em língua espanhola, intitulado *Cuarto de desechos* (2023):

15 de julio de 1955. Cumpleaños de mi hija Vera Eunice. Pretendía comprarle un par de zapatos. Pero el costo de los géneros alimenticios nos impide la realización de nuestros deseos. Actualmente somos esclavos del costo de vida. Encontré un par de zapatos en la basura, los lavé y remendé para que ella los usara. (Jesus, 2023, p. 21).



Após a leitura, os estudantes realizaram discussões sobre o alcance da obra para além das fronteiras do Brasil e refletiram sobre o impacto da obra de Carolina Maria de Jesus ter sido traduzida para diversos idiomas e, especialmente, destacaram a importância de sua tradução para a língua espanhola.

No contexto da América Latina, marcada por um passado comum de colonização, escravidão e desigualdades sociais, compreenderam que a tradução da obra de Carolina permite o reconhecimento de vozes negras e periféricas em um território maior que compartilha lutas históricas semelhantes. Reconheceram que, ao ser acessível em espanhol, a escrita da autora contribui para o fortalecimento do diálogo intercultural e para a construção de uma consciência coletiva latino-americana sobre racismo, pobreza, exclusão e resistência. Entenderam essa integração linguística e cultural como um gesto de reconhecimento e valorização de narrativas que historicamente foram silenciadas, além de ser um instrumento potente para fortalecer laços entre os povos latino-americanos por meio da literatura.

Após tais discussões e reflexões, os estudantes do 9º ano A/B e 3º ano A, desenvolveram curtas-metragens, *podcasts* e entrevistas, todos em língua espanhola, reforçando o caráter interdisciplinar e multilíngue do projeto. Uma das entrevistas, realizada por um estudante venezuelano, foi realizada na instalação Casa Carolina no Parque dos Ipês, com a Professora Alexandra.



Figura 9 - Identidade visual criada para as produções dos estudantes.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

Figura 10 - Estudante Xavier entrevistando a professora Alexandra Pinheiro, na representação da casa de Carolina, montada no Parque dos Ipês.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

Na imagem abaixo se encontra o Qr Code e o link para acesso ao *Drive* contendo a produção audiovisual dos estudantes:



Figura 11 - *Qr Code* para acessar a produção audiovisual dos estudantes das turmas 9º ano A, 9º ano B e 3º ano A.



Fonte: https://drive.google.com/drive/folders/1BHPmHAs2dZUBiaUQ81gYcFWl-a3Z_c1U?usp=sharing_

Ainda neste componente, a partir das temáticas sociais presentes nas obras da autora, os estudantes das turmas 9º ano A e 9º ano B produziram um jornal totalmente em língua espanhola, abordando temas como fome, racismo, desigualdade, entre outros. Com o tema: “Un periódico para todas las voces”, o jornal contou com gêneros textuais foram diversos: notícias, reportagens, entrevistas, resenhas, artigos de opinião e infográficos. Na imagem abaixo podemos observar a página inicial de um dos jornais produzidos pelos estudantes, sob orientação da professora Valéria Sales Menezes, nas aulas de Língua Espanhola.



Figura 12 - Capa do jornal produzido pelos estudantes, apresentando o projeto Território de Escrevivências e a visita ao Parque dos Ipês.

EE RAMONA DA SILVA PEDROSO

3º BIMESTRE - 2024 - 9º A

TERRITÓRIOS DE ESCRIVIVÊNCIAS

UN PERIÓDICO PARA TODAS LAS VOCES

Este periódico es parte del proyecto 'Territorios de Escrevivências', en parceria con

la Universidad Federal de la Grande Dourados (UFGD). Nosotros, los estudiantes de la clase 9º A, buscamos abordar temas cotidianos de la escuela, especialmente aquellos relacionados con lo social y cultural, con el objetivo de dar voz y visibilizar los logros de los estudiantes de una escuela pública y reflexionar sobre las temáticas debatidas por Carolina María de Jesús en sus obras. El proyecto fue desarrollado en las clases de Lengua Española con la Profesora Valéria.

NOTICIA
La Escuela Ramona da Silva Pedroso hace un paseo al Parque de los Ipês

*Maikol Antuán
Yosmir Alejandro*

La escuela Ramona fue una de las participantes invitadas del proyecto "Territorio de Escrevivências" por la Universidad Federal de la Grande Dourados (UFGD) para visitar las instalaciones del proyecto en el Parque de los Ipês. Los estudiantes participaron en eventos como freestyle, presentación teatral y vieron una réplica de la casa donde Carolina María de Jesús vivía en la favela de Canindé.

El paseo se llevo a cabo en el día 16 de agosto de 2024 en la ciudad de Dourados MS. A las 8 de la mañana nosotros salimos de la escuela



caminando acompañados por agentes de la Guardia Municipal de Dourados (GMD), tuvimos que caminar 5 cuadras para llegar al parque, quedamos por allá hasta las 11.

Nos divertimos con las actividades propuestas por la universidad. Este proyecto insita a los

estudiantes a saber sobre la cultura brasileña y sus regiones, principalmente al respecto de la vida y muerte de Carolina y como sus libros influyeron en nuestros conocimientos sobre las favelas y como se vivía en ellas, además de la pobreza, la violencia, las desigualdades, el racismo, entre otros.



01

Fonte: Periódico Territórios de Escrevivências, 2024.



Na próxima imagem se encontra o *Qr Code* e o *link* para acesso ao *Drive* contendo os jornais produzidos pelos estudantes:

Figura 13 - *Qr Code* para acessar os jornais das turmas 9º ano A e 9º ano B.



Fonte: <https://drive.google.com/drive/folders/1ARySixeKZKP0e2KIsG3RzWMCENrS7d?usp=sharing>.

Um dos momentos de culminância de todas essas ações do projeto se deu por meio do Sarau Ramona, um evento que reuniu estudantes, professores e comunidade escolar para celebrar as escrituras produzidas ao longo do ano. O sarau contou com apresentações artísticas, exibição das produções audiovisuais e oficinas, uma delas, inclusive, novamente sobre o *rap*, o *hip hop* e o *brake*. Os estudantes participaram das oficinas gravando as letras produzidas ao longo dos encontros. Ao final do sarau, dois estudantes ainda fizeram uma batalha de rimas, demonstrando na prática a experiência vivenciada.





Figura 14 - Batalha de rimas entre estudantes.



Fonte: Foto do acervo pessoal dos autores, 2024.

Participar do projeto de extensão “Territórios de Escrivências” foi, para toda a equipe da Escola Ramona, uma experiência profundamente transformadora e inesquecível. Mais do que um projeto interdisciplinar, tratou-se de um encontro entre escola, universidade, comunidade e arte — um espaço no qual estudantes puderam se reconhecer como sujeitos de sua própria história, ecoando suas vozes com potência, sensibilidade e coragem.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que esse projeto dialoga diretamente com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõe a valorização da diversidade e o ensino da história e cultura



afro-brasileira e indígena como temas transversais. A proposta também se alinha ao Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, que reforça a importância de práticas pedagógicas que promovam equidade, inclusão e respeito às relações étnico-raciais.

Não só promover a aquisição de conteúdos, mas, ao longo dessa caminhada, os atores aqui envolvidos aprenderam muito mais: vivenciaram o poder da escuta, da partilha e da criação coletiva. Ver os olhos brilhando, os corpos se movimentando no teatro, as vozes rimando com força e autenticidade, as palavras ganhando vida nos jornais, nas cartas e nas poesias... tudo isso nos mostrou que educar é também emocionar, inspirar, resistir e sonhar junto.

Foi uma alegria imensa fazer parte deste projeto tão bonito, necessário e potente. Uma alegria que ultrapassa os muros da escola e se espalha pelos territórios que cada estudante carrega dentro de si. Que venham mais escrivências, mais encontros, mais caminhos de liberdade por meio da educação. Com o coração cheio de gratidão e esperança, seguimos, agora ainda mais certos de que educar é um ato político, poético e transformador, tal como a escrita de Carolina e Conceição.



OFICINA O RAP ANTES DO RAP

Alandisson dos Santos

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Oficina de *Rap*.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A oficina “O Rap Antes do Rap” é dispositivo educacional utilizado nas ações do projeto de extensão “Territórios de Escrevivências” junto às escolas públicas do estado de Mato Grosso do Sul, desde o ano de 2023. O projeto tem como objetivo promover a valorização da cultura negra, da musicalidade e da escrita criativa nas escolas, com base em referências



históricas e contemporâneas do *rap* e da literatura marginal, tendo como disparador das intervenções o livro *Quarto De Despejo: diário de uma favela* (1960). Esse dispositivo educacional fortalece o protagonismo dos(as) estudantes, estimulando a expressão artística por meio da rima, da poesia e do conhecimento da história do povo negro, muitas vezes ausente dos currículos escolares.

Desde a sua criação, a oficina já esteve presente em 7 escolas e envolveu 19 turmas dos ensinos fundamental e médio, dialogando diretamente com adolescentes e jovens a partir das suas vivências, gostos musicais e territórios.

Em 2024, a oficina foi realizada em cinco escolas da rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul: Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso, Escola Estadual João Paulo dos Reis Veloso, Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira, Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni — extensão e Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira. Esta última será utilizada como modelo para futuras edições, devido aos resultados significativos apresentados, os quais compartilho neste relato. Assim como podemos ver no quadro abaixo:



Figura 2 – Oficinas realizadas em 2024.

Escolas atendidas 2024						
03/09	11 e 12/09	04/10	29/10	07/11 a	04/12	Notas:
Escola Ramona Da Silva Pedrosa: 9º A Produções: 01 9º B Produções: 01 3º A Produções: 01 1º A Produções: 02 (10/10)	Escola João Paulo Dos Reis Veloso 1º A Produções: 01 1º B Produções: 01 1º c Produções: 01	Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira 3º A Produção: 00 3º B Produção: 00	A Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni 6º A & 6º B Produção: 01 7º A & 8º A Produção: 01 2º A & 3º A Produção: 01	Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira Inscrições dos Alunos do 6º ao 3º	Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira Produções: 03 +02 (04/12) (Evento de finalização)	Observação 1: Maria da glória, com zero produção (50 min de oficina) Observação 2: Escola destaque, Rita Angelina (Oficina continuada), (Apresentação dos trabalhos) (Batalha de rap) Destaque para o ensino Fundamental

Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Sou Alandisson dos Santos, jovem negro periférico de 25 anos e acadêmico do curso de Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atuo no desenvolvimento da oficina “O Rap Antes do Rap”, sob a coordenação da professora Cláudia Roma, responsável pelo projeto de extensão “Territórios de Escrivências”.

O Rap, com raízes nas comunidades urbanas e predominantemente entre jovens negros e periféricos, é uma poderosa ferramenta de comunicação, resistência e identidade. Ao mesmo tempo, em que permite a expressão de ideias, sentimentos e vivências, também fomenta o pensamento crítico e a valorização de histórias silenciadas.

A temática “O Rap antes do Rap”, inspirada na obra da escritora Carolina Maria de Jesus, possibilita aos estudantes explorar as origens e a evolução do gênero, com destaque para o protagonismo das mulheres



negras na cultura popular. Ao incluir essa abordagem, a oficina visa não apenas estimular a criatividade artística, mas também promover o empoderamento dos(as) estudantes, permitindo que expressem suas realidades de maneira autêntica e se reconheçam como agentes transformadores diante das desigualdades sociais.

Aulas temáticas

Antes da realização da oficina, os(as) estudantes participam de aulas temáticas ministradas pela professora Cláudia Roma. Essas aulas têm como objetivo preparar o terreno para a criação artística, por meio de reflexões sobre questões sociais estruturais, como fome, saúde e violência, temas profundamente presentes na obra de Carolina Maria de Jesus, especialmente no livro *“Quarto de Despejo”*.

Fome

A fome é uma das temáticas mais recorrentes e dolorosas no diário de Carolina. A escritora nomeia a fome como “amarela”, uma presença constante em sua vida e na de seus filhos. A leitura dos trechos permite aos estudantes refletirem sobre a desigualdade social e a insegurança alimentar ainda presentes nas periferias urbanas. “Hoje não comemos. O que me entristece é que os meus filhos pedem pão. Eu não tenho. Digo para esperar. Esperar o quê? Eu também



não sei” (Jesus, 2014, p. 19)³⁷. Essa realidade descrita por Carolina dialoga diretamente com o cotidiano de muitos(as) estudantes, que participam da oficina.

Saúde

Outro tema abordado nas aulas é a precariedade no acesso à saúde, tanto física quanto mental. Carolina frequentemente relata episódios de doença sem atendimento médico, expondo a negligência do Estado com as populações faveladas. A leitura desses relatos permite ampliar o debate sobre racismo estrutural, política pública e direito à saúde como um direito humano básico. “Fui ao posto de saúde. O doutor disse que estou com anemia. Disse que estou enfraquecida. Mas como posso melhorar, se não tenho o que comer?” (Jesus, 2014, p. 102). Essa relação entre corpo, fome e doença aparece com força em “*Quarto de Despejo*”, e sensibiliza os(as) estudantes para compreender a saúde como parte de um conjunto de desigualdades que afetam as periferias e, principalmente a população negra e os povos indígenas.

Violência

A violência também aparece de forma constante na obra de Carolina, tanto nas suas vivências pessoais quanto nas situações que observa ao seu redor. Ela denuncia a violência doméstica sofrida por vizinhas, assim como o abandono do poder público. Essas

37 JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustração Vinicius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.



passagens permitem abrir diálogos profundos sobre violência contra a mulher, machismo, e os ciclos de agressão naturalizados no Brasil, “A vizinha apanha do marido quase todas as noites. E o povo acha normal. Eu não consigo achar isso normal. Mulher não é tambor para viver levando pancada.” (Jesus, 2014, p. 88). Esse relato convida os(as) estudantes a pensar sobre o silenciamento da dor feminina, especialmente das mulheres negras e indígenas e pobres, e sobre como a arte pode ser uma forma de romper esse silêncio.

As aulas temáticas são fundamentais para aprofundar o olhar crítico dos(as) participantes, oferecendo uma base sólida para a produção criativa que ocorre nas etapas seguintes da oficina. Através da escrita de Carolina, os(as) estudantes se conectam com histórias que, embora escritas na década de 1950, continuam ressoando nas realidades de hoje e é essa ponte entre passado e presente que fortalece a potência da oficina como ação pedagógica, política e artística.

Processos da oficina

A oficina é dividida em três etapas. A primeira é o estudo histórico e cultural: nesta etapa da oficina, os estudantes conhecem e refletem sobre duas expressões artísticas marcadas pela origem periférica e pela função social de denúncia, a trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus e a história do *Rap*.

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe, catadora de papel e moradora da favela do Canindé, em São Paulo, escreveu o livro “*Quarto de Despejo*”



a partir dos diários que registravam o cotidiano de fome, exclusão e racismo vivenciado por ela e seus vizinhos na década de 1950. Sua escrita direta denuncia as desigualdades sociais, dando visibilidade a uma população historicamente silenciada. Em um dos trechos, ela afirma, “A favela é o quarto de despejo da cidade. Ali jogam os trapos humanos.” (Jesus, 2014, p. 15). De forma semelhante, o *Rap* surge nas décadas de 1970 e 1980 nos bairros marginalizados do Bronx e do Harlem, em Nova York. Sendo um estilo musical que se desenvolveu, principalmente, por jovens negros como forma de protesto e expressão das suas vivências cotidianas, enfrentando violência policial, racismo, pobreza e abandono do Estado. Como destaca Tricia Rose, pesquisadora pioneira dos estudos sobre *Rap*, “O *rap* é uma forma de resistência cultural que surge da necessidade de falar, de contar, de protestar, de narrar o que o Poder cala.” (Rose, 1994, p. 85).

A oficina estabelece, portanto, um diálogo entre “*Quarto de Despejo*” e o *Rap* como expressões periféricas que narram realidades sociais brutais por meio da linguagem artística. Ambos partem de contextos de exclusão, as favelas brasileira e o gueto norte-americano e tornam-se ferramentas de denúncia, identidade e resistência. Ao analisar essas produções em sala de aula, os(as) estudantes reconhecem as semelhanças estruturais entre esses territórios e compreendem que suas próprias vivências também podem ser transformadas em arte e crítica social.



Figuras 3, 4 e 5 - Oficina de *rap*, Escola Estadual Pedro Goldoni Pereira – extensão, 2024.





Fonte: Fotos do acervo pessoal do autor, 2024.

A segunda etapa é a escrita criativa: inspirados pela escrita autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, os(as) estudantes são convidados a produzir os seus próprios poemas e letras de *Rap*. Essa etapa é fundamental para que expressem suas vivências, sentimentos e percepções de mundo por meio da palavra, desenvolvendo não apenas a linguagem, mas também a autoconfiança e a capacidade de reflexão crítica.

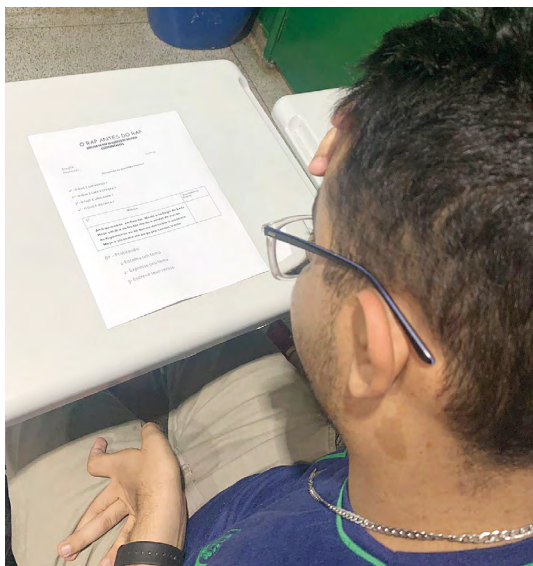
A escrita criativa em contextos escolares é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da subjetividade, da autonomia e da expressão cultural. Como destaca Cecilia Bajour, “a escrita criativa, quando trabalhada em um ambiente de escuta e valorização das experiências pessoais, permite ao sujeito dizer de si, imaginar mundos e se colocar como autor no espaço público.” (Bajour, 2012, p. 47). Neste sentido, os estu-



dantes não apenas aprendem técnicas de escrita, mas também se apropriam da linguagem como forma de transformação social e construção de identidade. A criação de poemas e *raps* a partir da leitura de “*Quarto de Despejo*” torna-se, portanto, um exercício de escrivência, conceito proposto por Conceição Evaristo em que a escrita nasce da vida.

Figuras 6, 7, 8 e 9 - Oficina de *rap*, Escola Estadual Pedro Goldoni Pereira – extensão, 2024.





Fonte: Fotos do acervo pessoal do autor, 2024.



Um dos momentos mais marcantes da oficina acontece durante essa etapa da escrita, quando os(as) estudantes começam a mostrar suas letras de *rap*, buscando orientações sobre rimas, métricas ou apenas querendo saber se estão “no caminho certo”. Esse processo vai além da técnica, é um momento de troca, de escuta e de confiança mútua.

Muitos estudantes compartilham suas histórias pessoais, que por vezes trazem dores e experiências intensas, relatos de abandono, violência, racismo, luto e resistência. São confissões poéticas que revelam realidades duras, algumas até difíceis para mim, que não vivi determinadas situações. Por isso, fico imaginando o quanto esse momento de criação é necessário para eles(as), pois representa uma oportunidade de desabafo sincero e artístico. A oficina cria um ambiente seguro, de acolhimento e liberdade, onde o *Rap* atua como ferramenta não apenas estética, mas também terapêutica e política. Como afirma Muniz Sodré, “a palavra no *rap* é performance de vida. É vivência colocada em ritmo, denúncia ritmada da exclusão e da luta.” (Sodré, 2005, p. 56), e, é exatamente isso que se vê nesses momentos, a palavra – escrita – cantada como libertação. O *rap* oferece essa liberdade de expressão e possibilita que os(as) estudantes ressignifique as suas dores e transformem suas experiências em arte, reivindicando os seus lugares de fala com coragem e criatividade, como podemos ver nas imagens abaixo:



Nunca fui tão mimica,
 Tive na mão
 expressa o meu ódio
 aqui nesse refrão
 sem perder a Ternura
 do meu coração e sem
 achar que ser feliz
 é só ilusão
 Hoje em dia
 é só vacilação.

[illegible][illegible]

A terceira etapa foi a produção musical: na última etapa da oficina, os estudantes transformam as suas letras em músicas, concretizando todo o processo criativo num produto artístico completo. As gravações



acontecem em um estúdio improvisado dentro da sala de aula como já dito anteriormente, com estrutura montada especialmente para esse momento, utilizando equipamentos profissionais como microfone condensador, interface de áudio e *notebook* com *software* de produção musical.

Utilizamos o programa FL Studio, um dos mais reconhecidos no cenário da produção musical, que permite a construção de batidas, gravação de voz e edição de faixas com qualidade profissional. A produção das músicas é feita em parceria com o produtor e DJ Guisfe (Guilherme Fernandes), que atua comigo nesse processo, auxiliando tecnicamente na montagem das bases, nas orientações vocais e na finalização das faixas. Esse momento é especialmente significativo para os(as) estudantes.

Ouvir a sua própria voz gravada, com uma batida produzida exclusivamente para sua composição, gera um impacto emocional bastante profundo. É quando a palavra escrita ganha forma sonora, ritmo e identidade. Muitos nunca haviam imaginado que as suas ideias e sentimentos poderiam se tornar música e quando isso acontece, há uma evidente valorização da autoestima, do pertencimento e da potência criativa de cada um. Portanto, não é apenas uma etapa final, mas uma consagração de todo o processo vivido na oficina, da escuta ao grito, da leitura à autoria, da dor à arte.

Figuras 15, 16, 17 e 18 – Ação, oficina de *rap* – Escola Estadual Pedro Afonso Goldoni – extensão.





Fonte: Fotos do acervo pessoal do autor, 2024.



ESCOLA RITA – RESULTADOS E PERCEPÇÕES

A oficina tem gerado resultados positivos em todas as escolas por onde passou, com impacto social, cultural e pedagógico entre os estudantes da educação básica. No entanto, neste relato, escolho destacar a experiência vivida na Escola Estadual Rita Angelina Barbosa Silveira, por tudo que ela representou em termos de envolvimento, profundidade e construção coletiva.

Diferente das demais escolas, onde geralmente realizamos apenas um ou dois encontros, na Rita Angelina tivemos a oportunidade de realizar cinco encontros, o que permitiu um aprofundamento maior nas discussões e nas produções artísticas. Além disso, como foi a última oficina de 2024, chegamos com mais experiência acumulada, o que também contribuiu para a qualidade das atividades desenvolvidas.

Outro ponto importante foi o engajamento da equipe escolar. Professores de geografia, sociologia, língua portuguesa e de apoio participaram ativamente, abraçando a oficina como um projeto coletivo. Isso fez toda a diferença no envolvimento dos estudantes, que se sentiram valorizados e apoiados.

E para demonstrar a eficácia das oficinas trago uma pequena entrevista que fiz com o professor de geografia Diego Corrêa da Silva:



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

OFICINA O RAP ANTES DO RAP / PROJETO DE EXTENSÃO: TERRITÓRIOS DE ESCRIVÊNCIAS / UFGD

1º Como você descreveria o impacto da oficina no comportamento, engajamento e participação dos alunos em sala de aula durante e após a realização das atividades?

Relato Diego Corrêa da Silva, Professor de Geografia 6º ano: A oficina despertou muito interesse nos alunos, pois ela seria primeiramente apenas para o ensino médio. Quando comentei da oficina muitos se manifestaram querendo participar. O interesse e identificação deles com a Oficina de Rap contribuíram para participarem ativamente das atividades, não só na minha matéria, mas em outras. Como sempre escutei eles: “professor, estou com tudo em dia, posso participar da oficina, sem problemas”. No momento de escreverem suas letras na oficina parecia que a dificuldade em seus letramentos, não existia. Notava-se que o que queriam dizer iria ganhar vida de qualquer forma, mesmo com limitações de vocabulário ou de regras gramaticais. Me surpreendi ao ver os alunos do 6º e 7º ano usando versos que relacionavam conceitos difíceis de ser compreendidos para sua idade, como egocentrismo e racismo aparecendo em suas letras com naturalidade, como nos versos “eu sempre faço free styles nas ruas com os meu manos, sem egocentrismo, além das crianças morrendo, que se for negra ainda sofrem racismo”. Em outro verso relacionam xenofobia e bullying: “fora tudo isso, a vida me ensinou a não ter preconceito, como xenofobia, bullying e até o racismo, pois tudo isso



acontece no gueto". Também notei como a dificuldade de motivá-los ou de ordená-los para cumprirem uma atividade efetivamente, não foi necessário. Todos se organizaram em pequenos grupos com seus cadernos ou celulares, escutando a batida musical e encaixando seus versos com muita dedicação e empenho, sem a necessidade de chamar a atenção para realizarem a atividade. Faziam por vontade própria. Posteriormente à oficina, não sei se pode-se dizer que melhorou suas participações nas aulas, mas, sempre perguntaram da oficina de rap e se iria continuar.

2º Na sua visão, quais aspectos pedagógicos e sociais foram mais desenvolvidos pelos(as) alunos(as) a partir da oficina (como criatividade, senso crítico, autoestima, expressão oral e escrita, consciência racial e social, entre outros)? Dê exemplos, se possível.

Diego: A oficina estimulou o letramento, maior domínio no seu letramento e também a capacidade de realizar atividades em trabalhos colaborativos independentemente de serem se conhecerem ou serem da mesma sala de aula. Estimulou sua expressividade demonstrando suas formas criativas de refletirem a temática da fome em suas letras e rimas, apresentaram consciências muito explícitas da desigualdade social e racial, enfatizando em seus versos como a condição da pessoa negra está submetida a maiores violências e vulnerabilidades sociais.

3º Como você avalia a integração da oficina com os conteúdos regulares da sua disciplina e com as práticas pedagógicas da escola? Houve diálogo entre o projeto e o currículo escolar?



Diego: O planejamento da oficina procurou se relacionar com as atividades do 3º bimestre e o mês da Consciência Negra na escola, acredito que a oficina contribuiu com o fortalecimento de atividades para desenvolver maior capacidade na leitura, interpretação e escrita, que nas reuniões pedagógicas apareceram como uma grande dificuldade entre os alunos e que a escola precisaria criar formas de intervenção, especialmente entre os alunos do 6º ano.

4º De que forma você percebeu o envolvimento dos(as) alunos(as) com a proposta do projeto, especialmente em relação à produção de letras, poesias e participação nas gravações musicais?

Percebi o interesse deles em diversas situações que procuravam me mostrar suas letras e me perguntavam do próximo dia de gravação. Também foi alinhado na escola que, somente os alunos que estavam com suas atividades em dia poderiam participar das oficinas, isso fez com que muitos alunos se empenhassem nas diversas matérias pois queriam demonstrar que estavam “fazendo tudo” e poderiam participar. Durante as gravações, muitos alunos apareciam afirmando que tinham feito todas as atividades.

5º Na sua opinião, quais os principais aprendizados deixados pela oficina para a escola e para os(as) estudantes? Você recomendaria a ampliação dessa iniciativa para outras instituições? Justifique.

A oficina revelou para a escola o poder do rap e como ele é muito significativo na vida dos estudantes. Despertou muitas possibilidades de se desenvolver em outras ativi-



dades pedagógicas, principalmente a alfabetização e letramento. Para os estudantes, foi possível perceber como existe a capacidade expressiva em cada um e que suas visões de mundo e suas mensagens podem ganhar forma artística e muito genuínas e valorizadas de se dizerem. Eu recomendaria a oficina como um projeto permanente em todas as escolas. Caiu na graça dos estudantes, apoiou a escola nos seus desafios pedagógicos e trouxe vitalidade para as atividades culturais da escola.



CAROLINA MARIA DE JESUS E SEU QUARTO DE DESPEJO:

RELATO DE PROJETO DE EXTENSÃO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL FERNANDO CORREIA DA COSTA, RIO BRILHANTE MS

Julio Gonçalves da Silva

Carolina Maria de Jesus, mulher, preta, periférica, viveu na favela, mãe, escritora e sobrevivente de um Brasil com fome. Carolina é atemporal, seus textos e seu canto, hoje, são ecoados por salas de aulas de escolas públicas no Mato Grosso do Sul com o projeto de extensão Escrevivências coordenado pela professora Cláudia Marques Roma, com uma equipe de estudantes e outros(as) professores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O projeto, que veio como um convite ao professor de Geografia, Julio, foi desenvolvido na Escola Estadual Fernando Correia da Costa, localizada na cidade de Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul. A escola foi uma das primeiras a colaborar com o projeto.

Em meio a reuniões, encontros de leituras e metas, iniciamos em etapas, organizando as turmas do pe-



ríodo vespertino da escola, em forma de blocos, com auxílio de outros professores, Paulo Matos, Marco Antônio, Francisca Isabel, Vanessa Souza. Também com o auxílio da professora Regiane Menegati coordenadora escolar e a professora Lucimara Martins, professora coordenadora de práticas inovadoras (PCPI).

Na primeira etapa realizamos um encontro com as turmas, no qual apresentamos o projeto, as etapas de estudos, oficinas e a futura culminância, o encontro foi dinâmico, interativo e com o uso de metodologias ativas, como todo o projeto, as quais se alinham ao currículo do aluno, o projeto ocorreu de forma interdisciplinar, trabalhando a Arte, História, Língua Portuguesa, Sociologia e Geografia.

Figura 1 – Ação de extensão



Fonte: Foto do arquivo da Escola Estadual Fernando Correia da Costa (2023).



Na segunda etapa do projeto realizamos a primeira oficina voltada ao estudo do *Rap*, elaboração da escrita e do ritmo musical. A interação dos alunos foi unânime, se destacaram com as ideias das músicas, conhecendo o trabalho de Carolina Maria de Jesus, que lançou um disco com seus *Raps*, levando a música suas questões socioespaciais. Na oficina os alunos gravaram suas músicas, criaram vídeos, levantando questões como cor, gênero, renda, moradia.

Figura 2 – Ação de extensão, oficina de *rap*.



Fonte: Foto do arquivo da Escola Estadual Fernando Correia da Costa (2023).

Em sala, o professor de Geografia, Julio Gonçalves, trabalhou com o livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, estudando os dias de Carolina, em textos, imagens e vídeos, essa etapa foi fundamental para que os alunos aprofundassem os estudos sobre a obra-prima da autora. O professor projetou durante as aulas trechos do livro de Carolina, a cada aula apresentava textos com temas específicos como a fome, formas de habitação, renda, negritude e periferia das



idades. Junto aos trechos do livro o professor trouxe dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lendo os textos de Carolina e analisando a realidade socioespacial brasileira com dados oficiais, essa etapa do projeto foi importante para evidenciar a obra de Carolina que é atemporal, mostrando a realidade passada e presente.

Trouxemos também questões locais para pensar, durante as aulas o professor questionou os alunos quanto as formas de habitação na cidade de Rio Brilhante, contextualizando com os trechos do livro, evidenciando que mesmo numa cidade pequena como a que os estudantes vivem, também se pode falar e discutir de periferias e misérias.

No contexto de aulas teóricas e práticas, realizamos a terceira etapa, uma oficina abordando a expressão corporal, o toque e as sensações, com o auxílio do curso de Artes Cênicas (UFGD).

Figuras 3 e 4 – Ação de extensão, oficina de expressão corporal.



Fonte: Foto do arquivo da Escola Estadual Fernando Correia da Costa (2023).



A interação dos alunos e a conexão com as ideias de Carolina Maria de Jesus, nos rendeu bons trabalhos com as oficinas de audiovisual, quarta parte do projeto. Introdução sobre imagem, questões técnicas dos equipamentos, técnicas de iluminação e o conceito de audiovisual.

A oficina foi ministrada pelo professor Bruno Augusto da Silva, chefe da divisão de cultura (UFGD). Nessa etapa os alunos foram desafiados a desenvolver vídeos de documentários, levantando as questões de gênero, feminicídio, renda, estilos musicais na cidade de Rio Brilhante.

A etapa se desenvolveu por meio dos estudos de caso, durante as aulas de Geografia que o professor Julio Gonçalves, como as questões socioespaciais citadas anteriormente, apresentando dados e informações sobre os temas e, a partir da teorização os alunos foram a campo, fazer as pesquisas para levantamento de informações, realizando entrevistas e conversas. Algumas das entrevistas foram emocionantes como a de dona Maria Barboza, mãe de Naiana, preta, pobre e de periferia, morta pelo ex-companheiro junto de sua filha Dandara, numa fala dramática a mãe de Naiana fala da dificuldade de viver sem a filha e a neta.

Para esse contexto de entrevistas os alunos foram preparados nas oficinas, selecionados para ir até a casa dos entrevistados, junto ao professor Julio Gonçalves e a (PCPI) Lucimara Martins, todos os trabalhos tiveram autorização de gravações pelos participantes. As oficinas foram todas realizadas na escola, em sala



ou fora dela, como a que vemos nas imagens a seguir de audiovisual.

Figura 5 – Ação, dia de gravação da oficina de audiovisual.



Fonte: Foto do acervo pessoal do autor, 2023.

Figura 6 – Ação, preparação roteiros dos audiovisuais.



Fonte: Foto do acervo pessoal do autor, 2023.



Com o empenho da professora Claudia, conseguimos ônibus e vans para o transporte dos estudantes até a reitoria da UFGD, lá nossos alunos foram convidados a ler trechos da obra de Carolina, fazerem reflexões, e apresentar seus trabalhos aplaudidos pelo público, trazendo documentários com entrevistas junto à população local de Rio Brilhante, debatendo questões de gênero, feminicídio e periferia.

Os documentários podem ser acessados pelos *links*:

<https://www.youtube.com/watch?v=SGYgxsZCioE>

<https://www.youtube.com/watch?v=xV9ACs3S13Y>

Ao longo do ano de 2023, foram desenvolvidas muitas atividades como: leituras coletivas da obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, de Carolina Maria de Jesus; discussões de temas geradores de potencialidades como fome, saúde, violência, relações étnico-raciais, de classe e de gênero; oficinas antirracistas como a do *Rap*, oficinas de audiovisuais, de fotografia e de expressão corporal.

A interdisciplinaridade do projeto uniu alunos e professores da escola Fernando Correia da Costa, professores dos cursos de Geografia, Ciências Sociais, Psicologia e Artes Cênicas da Universidade Federal de Dourados, fazendo das políticas antirracistas, questões de gênero e renda uma abordagem dinâmica na sociedade, pelas quais a escola aborda juntamente com a extensão universitária. Neste contexto para o componente curricular de geografia, o projeto nos auxiliou em temas que abordamos no dia a dia, mas



que as oficinas, as ideias acadêmicas na escola, aprofundaram esses estudos, atraindo o aluno a interagir com as atividades propostas, não faltar as aulas, questionar o outro e a se questionar também, assim, cria-se também na sociedade a ideia e mais que isso, a implementação de uma política antirracista, no contexto que boa parte dos alunos do período vespertino da escola são de periferia e pretos, para esses alunos a obra de Carolina Maria de Jesus é atemporal, é cotidiana, o sujeito aqui se coloca no lugar do outro, entende que tem deveres na sociedade, mas que também tem seus direitos garantidos pela Constituição e leis que tende a serem cumpridas.

O estudo e aprofundamento dessa obra trabalhado no projeto de extensão nos trouxe experiências, reconhecimento, acreditando que ajudamos para com uma sociedade mais justa e humana.



CAROLINA MARIA DE JESUS: UM ESTÍMULO A CONSCIÊNCIA RACIAL

Ana Paula Archanjo Batarce

INTRODUÇÃO

Início esse relato, apresentando o meu lugar de fala, de uma mulher preta, mãe, professora, militante, doutora em geografia, ousar falar que é um lugar de resistência contra a estrutura racista existente no país, que personifica o corpo da mulher negra como não pensante. Portanto, enquanto uma pesquisadora, tenho como dever na academia criar estratégias empíricas antirracistas no contexto educacional. Eu sei perfeitamente que galgar um lugar na universidade hegemonicamente branca, não foi e não é uma tarefa fácil para a população negra, muito menos para mulheres pretas, mesmo porque o racismo institucional está presente nesse processo.

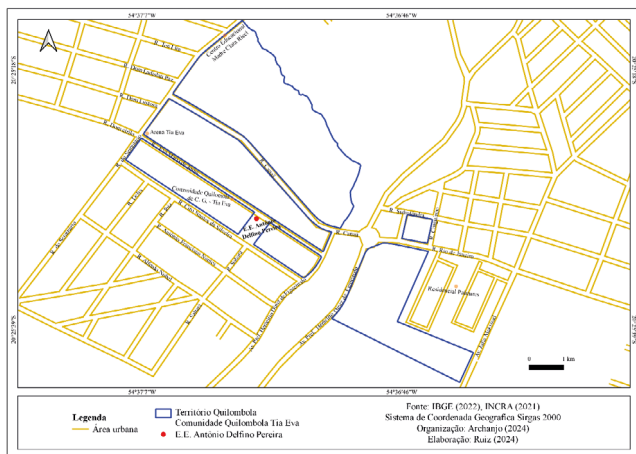
Nesse sentido, compreendo que o meu papel, assim como, de outras mulheres e pesquisadoras negras, é de combater, nos diferentes lugares, essa estrutura racista, e o que me ampara nessa construção intelectual é a Geografia com o seu arcabouço teórico e a Lei 10639/03.



A geografia nos auxilia nesse processo, justamente porque ela possibilita analisar como que as políticas públicas educacionais ocorrem espacialmente nas diferentes escalas, nesse caso, especificamente falarei de uma experiência educacional em uma escola que se localiza em um território quilombola urbano no estado de Mato Grosso do Sul e a aplicabilidade da Lei 10639/03 nesse local.

A Escola Estadual Antônio Delfino Pereira e Centro Cultural de Educação Tia Eva (fig. 1), atualmente é uma escola de ensino fundamental em tempo integral e foi selecionada para realização da oficina antirracista proposta. Ela se encontra no interior do território quilombola urbano denominado de comunidade de São Benedito, mais conhecida como comunidade da Tia Eva.

Figura 1 - Localização da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira e Centro Cultural de Educação Tia Eva.





A ideia de realizar a oficina em uma escola inserida em um território quilombola, parte de uma pesquisa de pós-doutoramento, cuja qual, a gestão escolar foi o foco do trabalho, a fim de desvendar a aplicabilidade da Lei 10639/03 em ambientes escolares que atendessem estudantes quilombolas.

Em relação a Lei 10639/03, é importante evidenciar que foi elaborada ideologicamente pela articulação do movimento negro no século XX, apesar dela se estabelecer no século XXI. Ela surge para rebater através da educação, a problemática da estrutura racial brasileira, mais precisamente do racismo estrutural, e da invisibilidade dos afro-brasileiros no processo de ocupação e formação territorial do país.

Tal lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pois assume o mundo da educação como fundamental na reprodução e na reversão do quadro de desigualdades raciais no Brasil. Assim, disciplinas sobre a história dos negros no Brasil e do continente Africano foram incluídas no ensino fundamental e médio, a partir dos seguintes artigos da LDB:

Art. 26 – A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1ª – O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2ª – Os Conteúdos referentes à



História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (Brasil, 2003³⁸).

A inserção desses artigos na LDB é uma de tantas outras estratégias para desenvolver as políticas públicas de ações afirmativas, que nada mais são que políticas de reparações, de reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos afro-brasileiros, visto que, o processo de escravização proibia a população negra de ter acesso ao ensino formal, proibia essas pessoas de serem humanas. Obrigar os estabelecimentos de ensino a cumprirem a Lei é o mínimo que se pode exigir para combater o racismo e a discriminação racial que atinge os negros, os indígenas e qualquer outra etnia que não seja de descendência europeia no Brasil.

Reconhecer a existência da população negra e indígena na organização espacial do país, e apreender como essas relações sociais foram estabelecidas entre africanos escravizados e europeus, permitirá desconstruir definitivamente o mito da democracia racial e da meritocracia.

38 BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 10 jan. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.



Podemos afirmar que os negros não chegam aos lugares de poder porque a desigualdade educacional é secular, ou seja, por praticamente quatro séculos milhares de pessoas negras, foram proibidas de aprender a ler, a escrever, a interpretar, foram proibidas do acesso à educação formal, foram proibidas do acesso à terra, afinal elas eram escravizadas, trabalhavam dia e noite para os senhores brancos europeus enriquecerem cada vez mais, permitindo que seus filhos e filhas fossem ser educados fora do país.

Então fica o questionamento isso é meritocracia? Não existia/existe o racismo? Porque os afro-brasileiros não poderiam frequentar as escolas? Eles tiveram real oportunidade de receber instrução formal?

A biografia de Carolina Maria de Jesus e sua obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, permite as pessoas despertarem a consciência para a realidade da sociedade brasileira, pois ela consegue escancarar como é o racismo estrutural, que não existe democracia racial, que a sociedade é machista, desigual, que desrespeita a diversidade étnica, que desrespeita a vida humana. Em sua obra é possível reconhecer a interseccionalidade de raça, classe e gênero.

A invisibilidade da população negra, indígena no nosso país, não é algo gratuito, tem o objetivo de promover o apagamento dessas pessoas. No caso da invisibilidade negra, esta ocorre desde o início da comercialização dos sujeitos africanos no processo de escravização transatlântica. Esses sujeitos sociais foram transformados em mercadorias, foram negocia-



dos em grande medida pelas nações europeias (século XVI) e são, sem dúvida nenhuma, até os dias atuais invisibilizados. A invisibilidade acontece devido à estrutura social, econômica, política e cultural brasileira ser essencialmente racista.

Isto posto, quatro teóricos nos ajudam a desvendar essa estrutura. São eles Silvio Almeida (2018³⁹), Lélia Gonzales (1984⁴⁰) e Abdias do Nascimento (2009⁴¹).

Para Nascimento (2016) não há dúvidas da origem dos afro-brasileiros pois ele afirma em sua obra “Genocídio do Negro Brasileiro”, que existe uma característica única na procedência da população negra brasileira, ela é originária dos diferentes povos pertencentes ao continente africano, de diferentes etnias africanas, pessoas que foram capturadas, escravizadas, separadas de suas famílias, enfiadas em navios tumbeiros e destinadas ao nosso país, e aqui viveram. Portanto, nesses territórios encontramos marcas identitárias de um saber ancestral africano que não se encontra em outros locais e que infelizmente são marcadores invisibilizados e desvalorizados pela sociedade brasileira.

Nesse sentido, Lélia Gonzales (1984) e Silvio Almeida (2018) nos ajudam a entender que essa relação de desigualdade social com a população negra do nosso país acontece devido ao racismo estrutural que quase sempre é naturalizado:

39 ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Editora Jandaíra, 2018. 256p.

40 GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, 1984, p. 223-244.

41 NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.



O racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida (Almeida, 2018, p. 25).

Lélia Gonzales, na década de 1970, já evidencia a “naturalização” do racismo:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um [...]. (Gonzales, 1984, p. 04).



METODOLOGIA

O planejamento da oficina antirracista iniciou-se na disciplina Prática de Ensino V, ministrada pela professora Ana Paula Archanjo, no curso de Geografia da UFMS – Aquidauana. A proposta da temática foi apresentada para os estudantes com base no Projeto de extensão: Territórios de Escrevivências coordenado pela professora Claudia Roma, do curso de geografia da UFGD.

Os estudantes inicialmente foram desafiados a pensar e a usarem a criatividade para organizar uma atividade correlacionando Carolina Maria de Jesus, racismo estrutural e prática antirracista na escola. O formato da oficina deveria ser pensado e organizado por eles.

Figura 2 – Estudantes universitários da disciplina Prática de Ensino e a professora Ana Paula.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.



A primeira etapa foi a realização da leitura da obra “Quarto de despejo” e durante essa leitura, os estudantes precisavam retirar fragmentos da obra que seriam organizados nos seguintes eixos temáticos: pobreza, miséria e fome; discriminação étnico-racial; desigualdade de gênero; desigualdades sociais e questão política; saúde; a cidade e a questão urbana.

A partir da realização dessa leitura e da retirada dos fragmentos, os estudantes sofreram a primeira sensibilização e impacto em relação ao racismo estrutural. E se debruçaram em pensar propostas para realização da oficina. Eles possuíam em mãos, enquanto material, conceitos da Geografia, o conhecimento da Lei 10639/03, a obra literária, fotografias de Carolina e sua biografia. Eles também tinham o conhecimento de que a oficina seria realizada em uma escola pertencente a um território quilombola. Portanto, precisavam pensar na relação da Geografia com a realidade da obra literária e do racismo.

Após algumas discussões realizadas em sala de aula e a leitura da obra de Carolina, eles definiram que a oficina teria dois momentos: o primeiro seria uma discussão mais teórica em que se traçaria um enredo reflexivo sobre o processo de escravização e o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira e o racismo. E no segundo momento se apresentaria a obra de Carolina através das fotografias e dos fragmentos de texto retirados anteriormente.

Dessa forma, os estudantes organizaram previamente no laboratório de prática de ensino de Geo-



grafia, o material que seria utilizado na exposição. Foram elaborados varais de fotografias de Carolina e os fragmentos retirados do livro foram organizados em folhas A4 com letras maiores que foram impressas em papel sulfite, assim como, as fotografias.

Para a confecção dos varais utilizou-se cartolina, barbante, cola, régua, lápis, tesoura, as fotografias e os trechos do livro, ambos impressos. Os varais tinham diferentes formatos. Havia também os cubos geométricos que marcaram um diferencial na exposição (Figura 3)

Figuras 3 e 4 - Exposição finalizada no laboratório de Prática de Ensino.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.

No dia 05 de novembro de 2024, realizou-se a oficina na E.E. Antônio Delfino Pereira (Fig. 5). Os estudantes do curso de geografia e a professora Ana Paula se deslocaram de Aquidauana para Campo Grande. Já a professora Claudia, do curso de Geografia da UFGD, se deslocou de Dourados a Campo Grande.



Figura 5 – Chegada dos estudantes universitários na E. E. Antônio Delfino Pereira.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.

Na primeira parte da oficina fizemos uma interação teórico pedagógica com os estudantes das duas turmas, que ocorreu em uma sala de aula. Iniciamos a conversa com os estudantes apresentando primeiramente o processo de colonização e escravização dos povos africanos, levando-os a refletirem que a estrutura socioeconômica brasileira foi elaborada no interior de um sistema escravocrata, como bem indica Abdias de Nascimento (2016, p. 59) que afirma “[...] sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido”.

Nessa apresentação teórica utilizamos diversas imagens que nos ajudaram a contextualizar esse processo histórico espacial, como imagens dos escravizados no interior de navios tumbeiros, imagens dos escravizados acorrentados nesses navios; mapas das rotas da escravidão transatlântica; imagens dos escravizados sendo castigados; imagens dos escravizados nos mercados



de compra e venda, ou seja, sendo comercializados; imagens desses mercados, locais que existem até hoje no Rio de Janeiro; entre outras imagens.

Figura 6 – Interação teórico pedagógica entre as professoras e os estudantes.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.

A partir do momento que levamos os estudantes a pensarem sobre o que foi o processo de escravização no nosso país, iniciamos um processo de sensibilização e desconstrução do olhar eurocentrado de nossa história, com isso apresentamos Carolina Maria de Jesus, mulher preta, periférica, mãe solo, escritora, artista e poetisa, uma mulher que conseguiu demonstrar em sua obra literária “Quarto de despejo”, a estrutura socioeconômica da população brasileira, diga-se de passagem, maioria negra, na primeira favela da cidade de São Paulo, Canindé. Mas seu livro também ilustra



a invisibilidade da população negra e principalmente a invisibilidade de mulheres negras.

As obras de Carolina são de valor imensurável e refletem as intersecções entre raça, classe e gênero, expondo o racismo estrutural na sociedade brasileira. Nesse contexto, relatamos a vida e obra de Carolina, através de imagens, dados referentes a sua biografia.

Após todo esse processo de contextualização, sensibilização do racismo estrutural que existe na estrutura social brasileira, levamos os estudantes para um outro lugar, a sala de jogos da escola, que nos foi disponibilizada para montarmos previamente a exposição da obra e vida de Carolina Maria de Jesus.

Figura 7 – Estudantes conhecendo a exposição.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.

Durante a visita dos estudantes a exposição, foi oferecido a todos um marcador de página (figura 8) com



uma frase significativa retirada da obra de Carolina, bem como, um pequeno caderno, que simbolizava um diário, e nesses cadernos os estudantes que quisessem poderiam deixar registrado sua impressão em relação ao racismo, enfim a discussão transcorrida na oficina de forma em geral. Nem todos quiseram participar, mas os que participaram deixaram mensagens importantes e sensíveis que serão evidenciadas em breve.

A exposição foi visitada por todos os estudantes que estavam presentes na primeira fase da oficina. Os professores responsáveis pelas turmas estiveram presentes todo o tempo, e inclusive nos ajudaram a organizar a entrada dos estudantes na sala de jogos, que foi limitada a um número de 20 estudantes por vez. A oficina teve uma duração de duas horas e meia.

Figura 8 – Distribuição dos Cadernos e marcadores de livro.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.



Após todos realizarem a visitação e alguns escreverem nos cadernos/diários, finalizamos a atividade.

PERCEPÇÕES DA OFICINA

Durante a primeira fase da oficina, momento no qual trabalhamos a sensibilização dos estudantes para com as questões raciais, utilizamos aspectos teóricos e imagéticos, visto que, além da teoria as imagens foram significativas ao explicarmos a origem da ideia de raça, como que os sujeitos sociais foram racializados e como que se efetivou o processo de colonização/escravização.

Desse modo ilustramos a ideia da construção do racismo, pautado em sujeitos sociais superiores (europeus) e sujeitos sociais inferiores (africanos, nesse caso) e conseguimos evidenciar para os estudantes a interseccionalidade de raça, classe e gênero a partir de Carolina Maria de Jesus e da invisibilidade de uma mulher preta.

A ideia de apresentar a obra da Carolina e o contexto da desigualdade social que invisibiliza a população negra no nosso país foi atingida. Percebemos que os estudantes interagiram positivamente com as duas etapas da oficina, principalmente em relação à exposição. Como bem pode ser observado nas figuras 9 e 10.



Figuras 9 e 10 – Leitura atenta dos trechos retirados da obra “Quarto de Despejo”.



Fonte: Fotos do acervo pessoal da autora, 2024.

Em relação à conexão entre a teoria, a vida e obra da Carolina e a emoção interior, tivemos relatos escritos de alguns estudantes que se dispuseram a colocar no papel suas percepções, seus sentimentos (figuras 11 e 12).

Importante ressaltar que nem todos os estudantes quiseram fazer relatos escritos, porém evidenciamos alguns fragmentos daqueles que se sentiram sensíveis e confortáveis o suficiente para fazer. Esses relatos foram realizados de forma anônima. A única informação que temos é que são estudantes de oitavo ou nono ano.



Figura 11 – Estudante escrevendo suas percepções nos cadernos.



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora, 2024.

As figuras 12, 13 e 14 trazem alguns fragmentos da manifestação escrita dos sentimentos dos estudantes ao serem colocados frente a frente com aspectos sobre o processo de escravização e com a vida de Carolina.

Figura 12 - Relato 1.

Os negros sofreram muito
com a escravidão e também
muito não é brincadeira

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Esse ou essa estudante se emocionou com o cotidiano de vida de Carolina e de seus filhos, e compre-



endeu que essa realidade não era só dela, mas de outras pessoas iguais a ela, ou seja, pessoas negras. Da mesma forma, demonstrou que o território brasileiro foi elaborado pelos escravizados e seus descendentes, que eles foram resilientes e continuam sendo.

Figura 13- Relato 2.

A Carolina foi uma mulher muito forte e resistente, assim como várias outras que moldaram o Brasil. Espero que a história dela chegue a muitas outras.

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

É explícito que esse estudante deixa uma mensagem, a internalização em seu eu, do processo de escravização e o racismo sentido em seu corpo. A obra de Carolina conseguiu sensibilizar esse sujeito social que desde cedo é marcado por essa estrutura racista.

Figura 14 - Relato 3.

Desde o começo eles vêm tentando apagar a história, tentando fazer com que não manche os nomes deles, fazem de tudo para nos silenciar, e nos nunca desistimos, desde o começo, nós sempre ~~lutamos~~ lutamos, com todo esse luto dos meus antepassados, conquistamos o que temos hoje, temos direitos de votar, de ter terrenos, de sermos livres, De sermos quem somos

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.



Nesse relato percebemos a formação da consciência racial no estudante, e do pertencimento e valorização ao processo de produção do espaço brasileiro da população negra. É nítido a defesa da não invisibilidade, da resiliência e fica nas entrelinhas o racismo também sofrido nesse corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a oficina ter sido um sucesso, como bem vimos no relato exposto, sinto que ainda temos muito a caminhar. Vejamos que mesmo a oficina tendo sido realizado em uma escola localizada em um território quilombola urbano, não foi a nossa equipe que foi convidada a realizar uma atividade antirracista na escola, mas foi ao contrário, nós nos convidamos e a gestão prontamente aceitou e então realizamos a atividade neste local.

A cada oficina oferecida em uma escola pública chegamos mais perto de um objetivo maior do que o da realização de atividades antirracistas, porque elas são pontuais. O que precisamos é exigir a elaboração de um currículo escolar decolonial e nesse sentido, a Lei 10639/03 contribui enormemente, desde que seja colocada em prática. Os relatos supracitados mostram nitidamente o racismo sofrido por esses estudantes.

Os manuais escolares conhecidos como livros didáticos, que é o material que orienta o professorado em sala de aula, precisa ser jogado fora e elaborado novamente, porque se a população negra, que é a soma de pardos (45,3%) e pretos (10,2%), representa um total de 55,7%, ou seja, é a maioria populacional no país,



por que ela não está representada no livro didático? Em todas as áreas das ciências a negritude está presente, são tão intelectuais quantos outros cientistas, porém a ciência é eurocentrada e desvaloriza e invisibiliza outras etnias, outros paradigmas.

Penso que precisamos quebrar literalmente essas amarras e entrar sem pedir licença, porque ninguém pediu licença para invadir e escravizar as pessoas do continente africano. Ensinar história da África e cultura afro-brasileira vai muito além da história, trata-se de uma mudança paradigmática, de um projeto nacional em que todas as pessoas em sua diversidade, em suas raízes étnico raciais, sejam respeitadas, valorizadas e visibilizadas enquanto presentes na construção do território brasileiro, não postumamente, como Carolina Maria de Jesus e tantas outras Carolinas que morreram na invisibilidade. Se faz necessário a igualdade racial para um mundo melhor, em busca do bem viver.



CAROLINA VIVE!

Edvim Lourenço Costa Moreira Borges

CELEBRAÇÃO DOS 111 ANOS DE VIDA DA NOSSA ANCESTRAL CAROLINA MARIA DE JESUS NA ESCOLA ESTADUAL FLORIANO VIEGAS, EM DOURADOS-MS

No dia 14 de março de 2025, comemoraríamos os 111 anos de vida de uma das mais brilhantes mentes brasileiras do século XX, que nos deixou para outra dimensão em 13 de fevereiro de 1977, aos 62 anos: Carolina Maria de Jesus — mãe de três filhos, favelada, negra, catadora de papel e escritora.

No dia 14 de junho de 2025, numa manhã fria, aconteceu na Escola Estadual Floriano Viegas o evento **“Café com Carolina”**, um encontro inesquecível entre acadêmicos da UFGD, professores e alunos do ensino básico (fundamental e médio). O que nos uniu e aqueceu naquela manhã foram as palavras eternizadas na obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, da escritora Carolina Maria de Jesus.

Em um dos momentos do evento, tive a oportunidade de fazer um breve discurso sobre a trajetória de Carolina — de Minas Gerais até sua realização como escritora em São Paulo —, perpassando por ensina-



mentos colhidos na obra *Quarto de Despejo*, trabalhada por alunos e professores da escola em produções de diários, peças de teatro, musicais, entre outras expressões artísticas. Segue o discurso:

CAROLINA VIVE!

Se Carolina estivesse viva hoje, estaríamos comemorando os 111 anos de vida dessa mulher incrível. Mulher de fibra, uma ancestral, uma grande Baobá — árvore africana centenária, símbolo de vida, força, sabedoria e resistência. Tudo o que Carolina Maria de Jesus representava.

Carolina nasceu em Sacramento, Minas Gerais, oriunda de uma família pobre. Aos 16 anos, migrou para São Paulo, em 1937 — a cidade, então, era vista como o “El Dourado”, por despontar como um grande polo industrial no Brasil. Carolina sonhava em ser escritora. Ao chegar a São Paulo, frustrou-se com a dura realidade: trabalhou como doméstica e foi morar na favela do Canindé.

Foi no Canindé que Carolina escrevia sempre que podia — incansavelmente. A escrita, para ela, era uma necessidade existencial. Após a árdua jornada como catadora de papel, registrava em seu diário as reflexões do dia e o cotidiano dos moradores da favela. Um momento-chave de sua vida foi o encontro com o repórter Audálio Dantas, que havia ido ao Canindé para cobrir uma reportagem sobre o parque infantil para o extinto jornal *Folha da Noite*.

Carolina, ao notar sua presença, disse aos adultos que estavam no parque:



“Onde já se viu uma coisa dessas, uns homens grandes tomando brinquedo de criança. Deixe estar que eu vou botar vocês todos no meu livro!”

Essa frase despertou a atenção do repórter — *como assim no meu livro?*, indagou Audálio. Depois desse encontro, Carolina saiu do anonimato e publicou suas obras, tornando-se, em pouco tempo, uma das autoras brasileiras mais lidas da época.

Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada foi traduzido para 13 idiomas e publicado em mais de 40 países.

Como Carolina era vista no Canindé? Diziam que ela era **metida, agressiva e indisciplinada** — este último adjetivo, especialmente, por sua recusa aos papéis tradicionalmente destinados às mulheres negras da época: babá ou doméstica. Para a escritora Conceição Evaristo, essa atitude demonstra como Carolina recusou a pequenez da vida que lhe foi rotulada. Ela acreditou no seu sonho e no poder das palavras, mesmo quando a realidade insistia em mostrar o contrário.

Qual era o combustível de Carolina? **A curiosidade.** Era o que a movia, já que as oportunidades não batiam à sua porta. Carolina foi atrás delas, sendo uma verdadeira mulher *Bombril* — mil e uma funções: mãe solo, catadora de papel, escritora, poetisa e até cantora (para minha grande surpresa!).

Agora, convido vocês a refletirem sobre a seguinte pergunta:

Quais são os grandes ensinamentos que Carolina nos deixa em suas obras?



Carolina nos ensina sobre **consciência política, social e de classe**. Escreveu sobre a fome, o suicídio, os infortúnios da vida na favela.

Ela também nos fala sobre a **beleza negra**, e nos convida a reconhecer a importância de valorizarmos o corpo negro. Carolina era uma mulher elegante, vaidosa, com um orgulho inabalável de ser negra — e de reconhecer a beleza de ser negra!

Que *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* seja o cartão de visitas para explorarmos outras obras de Carolina: *Casa de Alvenaria*, *Pedaços da Fome*, *Diário de Bitita* e *Onde Estás Felicidade?*

Carolina faleceu aos 62 anos, vítima de uma crise asmática. Para Conceição Evaristo, sua morte foi simbólica — como se ela tivesse partido com um grito preso na garganta. Quando finalmente teve espaço para falar, não lhe deram ouvidos.

Não podemos nos acovardar. Não podemos nos deixar intimidar por uma sociedade brasileira que persiste com essa “mania de ser branca”, que esquece suas raízes africanas e apaga os talentos de jovens negros e negras.

Hoje, em outros planos, a nossa ancestral Carolina Maria de Jesus sorri. E nós provamos a ela que sua luta

NÃO FOI EM VÃO!

Vamos gritar bem alto para ela ouvir:

CAROLINA...VIVE!

CAROLINA...VIVE!

CAROLINA... VIVE!

Obrigado!



TERRITÓRIOS DE ESCREVIVÊNCIAS – EIXO TEMÁTICO FOME

Eny Lícia Pimenta Montenegro
Claudia Marques Roma

INTRODUÇÃO

A fome e a insegurança alimentar representam conceitos interligados, embora distintos. A fome refere-se à condição de privação de alimentos suficientes para suprir as necessidades nutricionais básicas de um indivíduo, sendo resultado não apenas da escassez de produção ou disponibilidade de alimentos, mas também de fatores socioeconômicos, como a ausência de renda, a insuficiência de políticas públicas adequadas e as desigualdades sociais estruturais. Essa condição se manifesta quando uma pessoa não consegue consumir quantidade adequada de alimentos para manter sua saúde, levando a quadros graves de privação nutricional que comprometem o bem-estar físico e a integridade do organismo.

Por outro lado, a insegurança alimentar e nutricional comporta um conceito mais abrangente. Ela não se limita à quantidade de alimentos disponíveis, mas também abrange a qualidade dos mesmos e o



acesso permanente aos alimentos. A Lei nº 11.346, de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como o “[...] direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006, art. 3º).⁴²

Entretanto, dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil - II Vigisan (Brasil, 2022) mostram que a fome e a insegurança alimentar e nutricional aumentaram no país. No final de 2020, 19,1 milhões de brasileiros enfrentavam a fome; em 2022, esse número subiu para 33,1 milhões. Os inquéritos revelam que 35,9% da população negra vivia insegurança alimentar moderada ou grave; enquanto a média nacional era de 30,7%. Aproximadamente uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas enfrentava essa situação: 17% das famílias chefiadas por pessoas pretas e 20,6% das chefiadas por pessoas pardas sofriam com a fome, em comparação com apenas 10,6%

42 Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** DOU de 18.9.2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.



das famílias chefiadas por pessoas brancas. Esses dados confirmam estatisticamente que mulheres e pessoas negras são os grupos mais afetados pela fome e pela insegurança alimentar no Brasil, evidenciando as desigualdades estruturais presentes na sociedade.⁴³

Ao comparar as condições descritas por Jesus (2020)⁴⁴ na década de 1950 com a realidade brasileira em 2025, observa-se que a fome permanece como um mal crônico que atravessa o tempo – nos acompanhando constantemente. É um “fenômeno social total”, como afirmava Josué de Castro: além das questões nutricionais, envolve política, história, economia e questões sociais (1984)⁴⁵. Embora tenha havido profundas transformações ao longo dos anos e uma redução na prevalência da desnutrição, persistem assimetrias no acesso aos alimentos (de ordem econômica ou física), perpetuando desigualdades na realidade brasileira.

Este relato tem como objetivo pensar a estrutura brasileira de desigualdade que perpassou Carolina da década de 1960 (por meio de sua escrivência), Josué que teorizava a fome como questão política e a realidade socioespacial Brasileira na atualidade.

43 Rede PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19** [livro eletrônico]. II VIGISAN – 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

44 Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada**. Edição comemorativa (1960 -2020) São Paulo: Ática, 2020.

45 Castro, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO_Josu%C3%A9_de_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.



METODOLOGIA

O relato apresenta experiências relacionadas à temática da fome, desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão “Práticas Socioespaciais em Territórios de Escrivivências”, criado em 2023 na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O projeto atua em pesquisa e extensão, tem como obra disparadora de potencialidades “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, publicado em 1960, de autoria de Carolina Maria de Jesus. Busca fortalecer a Lei 10.639/03⁴⁶, promovendo ações antirracistas e incentivando a produção de conhecimento crítico entre estudantes e sua realidade socioespacial. Ao longo de quase três anos, foram realizadas diversas atividades, como debates, oficinas, leituras coletivas e eventos comunitários. Este capítulo destaca três dessas ações relacionadas à temática da fome, ocorridas em 2023 e 2024

PRIMEIRA VIVÊNCIA: A FOME, DIÁLOGOS COM CAROLINA MARIA DE JESUS E JOSUÉ DE CASTRO

Ocorreu em março de 2023, na Faculdade de Ciências Humanas – FCH, localizada no campus 2 da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD,

46 Brasil. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 abr. de 2025.



no município de Dourados/ Mato Grosso do Sul. A atividade com duração de 1h 30 min, aconteceu no período vespertino e teve a participação da equipe do projeto: alunos (as) dos cursos de graduação em Geografia, Psicologia, Ciências Sociais e Artes Cênicas, além de algumas professoras do curso de Geografia e a coordenadora do projeto Claudia Marques Roma. Como recurso técnico foi utilizado projetor de slide e como referencial as obras, “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, de Jesus (2020) e “Geografia da Fome” de Castro (1984). Houve um momento expositivo sobre os principais pontos relevantes de cada obra considerando o eixo fome, e posterior discussão entre os presentes.

Esta experiência possibilitou a confluência de obras que compartilham pontos em comum ao abordarem questões relacionadas às desigualdades socioespaciais, à pobreza e às condições de vulnerabilidade que afetam populações marginalizadas e periféricas. Tanto “Geografia da Fome” quanto “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” destacam as dinâmicas socioespaciais que contribuem para a perpetuação da fome, da exclusão e do sofrimento de grupos específicos, especialmente os mais pobres. Além disso, discutem as disparidades econômicas e sociais que levam à privação de direitos básicos, como o acesso à alimentação adequada e à moradia digna. Ambas as obras criticam os sistemas que predispõem a pobreza, a exclusão social e a injustiça, revelando as causas estruturais desses problemas. Dessa forma, Castro



(1984) e Jesus (2020) dialogam ao explorar as raízes socioespaciais da pobreza e da fome, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das desigualdades ainda presentes no Brasil.

Figura 01 – Ação de Extensão do projeto.



Fonte: Autora, 2023.

SEGUNDA VIVÊNCIA: A FOME, DIÁLOGOS COM CAROLINA MARIA DE JESUS E JOSUÉ DE CASTRO

Aconteceu em abril de 2023, na Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, município de Rio Brilhante/Mato Grosso do Sul. A atividade teve a participação da equipe do projeto, composta por alunas dos cursos de graduação em Psicologia Eny Lícia Pimenta Montenegro e Elizandra Echeverria Franco, e da graduação em Artes Cênicas Lorena Maria de Jesus Flumignan, bem como a coordenadora do projeto Claudia Marques Roma, além de professores da Escola envolvidos na iniciativa - Júlio Gonçalves da Silva e Paulo Roberto Barbosa Matos.



A atividade foi dividida em três aulas, com a duração de 50 minutos para cada turma e realizadas no turno vespertino. Foram utilizados recursos técnicos como projetor de slides, vídeos curtos e as obras, de Jesus (2020) e de Castro (1984) como recursos da literatura como referenciais. Apesar de ter mesmo conteúdo da discussão realizada na Universidade (Primeira Vivência), nesta houve adaptação devido ao tempo reduzido das aulas. Durante o desenvolvimento das atividades, foram realizadas leituras compartilhadas de trechos selecionados da obra de Jesus, além da utilização do poema “Genocídio”, do artista Sul-mato-grossense Emanuel Marinho.

Essa experiência promoveu junto aos alunos a compreensão mais acurada das desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira, ajudando a entenderem como fatores estruturais contribuem para a pobreza, a fome e a exclusão social. Além disso, o estudo do poema “Genocídio” (abaixo) evidenciou como a arte pode ser uma ferramenta poderosa na denúncia social, despertando nos alunos o reconhecimento do papel da cultura na luta por mudanças. O poema ilustra de forma contundente a realidade do cotidiano indígena no município de Dourados (figuras 05 e 06).

Tem pão velho?

Não, criança

Tem o pão que o diabo amassou

Tem sangue de índios nas ruas

E quando é noite

A lua geme aflita

Por seus filhos mortos.



Tem pão velho?

Não, criança

Temos comida farta em nossas mesas

Abençoada de toalhas de linho, talheres

Temos mulheres servis, geladeiras

Automóveis, fogão

Mas não temos pão.

Tem pão?

Pão não!

Tem pão velho?

Não, criança

Temos asfalto, água encanada

Supermercados, edifícios

Temos pátria, pinga, prisões

Armas e ofícios

Mas não temos pão.

Tem pão velho?

Não, criança

Temos tudo mas não temos nada

que se pareça com pão

Tem pão velho?

Não, criança

Temos mísseis, satélites

Computadores, radares

Temos canhões, navios e usinas nucleares

Mas não temos pão.

Tem pão velho?

Não, criança

Tem o pão que o diabo amassou

Tem sangue de índio nas ruas

E quando é noite

A lua geme aflita

Por seus filhos mortos.

Tem pão?



*Pão não!
Tem pão velho?
Tem sua fome travestida de trapos
Nas calçadas
Que tragam seus pezinhos
De anjo faminto e frágil
Pedindo pão velho pela vida
Temos luzes em óperas avenidas
Temos índias suicidas
Mas não temos pão.
(Emanuel Marinho, 1994)*

Figura 02, 03 e 04 – Ação de Extensão do projeto.



Fonte: Autora, 2023.



Figura 05 - Crianças pedindo esmola ou revirando o lixo nas ruas de Dourados, cena real no cotidiano dos guarani-kaiowá.



Fonte: Eliel Oliveira - Crédito: Campo Grande News

Figura 06 - Índios de Dourados moram na reserva mais populosa do Brasil, convivendo com a pobreza e a violência, como Gisélia Gonçalves



Fonte: Eliel Oliveira) - Crédito: Campo Grande News



TERCEIRA VIVÊNCIA: (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”

Ocorreu em novembro de 2024, na Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni - Extensão, Município de Ponta Porã/Mato Grosso do Sul. A atividade envolveu os alunos do 9º ano, no período matutino, com duração de 1 hora e 50 minutos. A temática Fome nesta atividade foi relacionada com a (In) segurança Alimentar e Nutricional na obra de Jesus (2020). A nutricionista e estudante de psicologia Eny Lícia Pimenta Montenegro juntamente com a coordenadora do Projeto, a professora Claudia Marques Roma conduziram esta atividade.

Durante essa vivência, foram evidenciados diversos aspectos da (In)Segurança Alimentar e Nutricional e suas múltiplas dimensões. Destaca-se, em especial, a produção de cartões com sementes realizada pelos alunos, que está diretamente vinculada à segurança alimentar e nutricional ao incentivar práticas sustentáveis de cultivo e promover o acesso local e autônomo a alimentos. Ao participarem da produção e distribuição dessas sementes, os estudantes colaboram para o fortalecimento do direito ao acesso regular, permanente e de qualidade aos alimentos. Além disso, essa iniciativa valoriza a agricultura familiar, estimula a autonomia na produção alimentar e reforça a importância de práticas sustentáveis, contribuindo para uma alimentação mais diversificada, saudável e acessível às comunidades envolvidas.

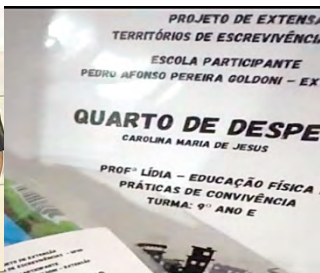


Após aula expositiva, os alunos participaram de um *quiz* interativo, com perguntas relacionadas à temática IAN e à obra de Jesus. Logo após aconteceu uma roda de conversa com tira dúvidas sobre Práticas Alimentares, que se relacionavam àquelas que estavam sendo vinculadas à disciplina de Educação física e práticas de convivências. Essa experiência culminou com o encerramento da disciplina, conduzida pela professora Lídia. Para a realização da atividade, foram utilizados recursos técnicos, como um projetor de *slides* e como recurso referencial literário a obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”.

Esta vivência sinalizou a importância de contextualizar as questões de saúde e nutrição dentro das realidades sociais e econômicas dos indivíduos, compreendendo que fatores como moradia precária, pobreza e vulnerabilidade social influenciam diretamente na alimentação e no estado nutricional do sujeito. Tal experiência reforça a eficácia de utilizar narrativas reais (como a de Jesus) para sensibilizar os estudantes, tornando os conceitos técnicos mais próximos da realidade deles e promovendo maior reflexão. A vivência também fortaleceu a compreensão de que a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional é um direito fundamental, reconhecendo que o combate às desigualdades exige ações integradas que considerem as condições sociais dos indivíduos.



Figura 07, 08 e 09 - Ação de extensão do projeto



Fonte – Autora, 2024.

Foto 10, 11 e 12 - Alunos em processo de produção dos cartões com sementes





Fonte – Escola, 2024.

DISCUSSÃO

A fome não é um fenômeno que afeta todos de maneira uniforme. Como destacado na narrativa de Jesus (2020), a fome é temporalmente e geograficamente específica, impactando indivíduos com determinadas características de forma mais intensa. Urge entender como as práticas sociais moldam, em particular, a fome das mães solo negras do Brasil, que são as mais severamente afetadas por essa questão. Considerar essas particularidades permite a formulação de políticas públicas eficazes para a promoção da SAN. Ademais, reconhecer essas narrativas construídas a partir de experiências práticas é fundamental para a compreensão da estrutura social brasileira. Essa compreensão representa um passo importante no combate à IAN, possibilitando o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e sensíveis às realidades locais de cada território e suas especificidades.



O conhecimento sobre a fome e os esforços para a inclusão desse tema como “prioridade” de discussão mundial teve a contribuição da experiência brasileira e das proposições de Josué de Castro, médico recifense e estudioso da geografia humana que descreveu a fome como um conceito múltiplo, com gradientes de gravidade, intensidade, magnitude e cronicidade (...) Castro, em “Geografia da Fome” (1946), apresentou uma análise pioneira ao demonstrar que a fome no Brasil não era resultado de fatores naturais, mas sim de estruturas sociais e econômicas desiguais. O autor, na obra acima mencionada, foi preciso ao descrever a fome no que se refere também a dimensão física:

“De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo de atividades que conduzam à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instinto mortificador da fome [...]” (Castro, 1946)

Tal perspectiva é enfatizada pela Escrevivência de Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo”: Diário de uma Favelada”, na qual documenta a experiência cotidiana do sentir/viver com fome na favela de São Paulo. A fome foi personagem central em sua obra e tinha cor: amarela. Quando sentia fome, via com um filtro amarelo que a impedia de enxergar outras tonalidades do mundo: “Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.” (Jesus, 2020, p. 47).



Jesus conferiu relevância não apenas literária, mas também na política. Em um momento em que metade da população brasileira se encontrava em insegurança alimentar e que a pauta social permeou o debate político das eleições: “[...] o que eu aviso aos pretendentes da política, é que o povo não tolera a fome” (Jesus, 2020, p. 34). Jesus sinaliza: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar, mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (Jesus, 2020, p. 47). Essa frase emblemática evidencia os efeitos devastadores da má alimentação, que podem levar à magreza extrema, apatia, desidratação da pele, fraqueza muscular, depressão do sistema nervoso, baixa resistência a doenças e, por fim, à morte por inanição.

Embora esteja espalhada por todo país, a fome incide sob um rosto com maior intensidade: o da mulher negra e de baixa renda. O conceito de interseccionalidade é muito oportuno para esta análise, pois possibilita compreender as estruturas que compõem a sociedade e a sobreposição de marcadores de gênero, raça e classe social (Crenshaw, 2004)⁴⁷. A fome restrita aos corpos marginalizados ganhou mais visibilidade com a pandemia. A discussão de fome e os fatores históricos sociais que atravessam esses corpos em relação à classe, raça e gênero certamente rechaçam os dados, de maneira mais complexa e real. Incidindo nessa questão de corpos marginalizados, fome e

47 Crenshaw, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.



realidade local, há que se falar da luta indígena pela sobrevivência no território Sul-mato-grossense.

A resistência indígena e a luta por direitos básicos ocorrem dia após dia. A violência contra corpos negros e indígenas - sobretudo o feminino, a destruição dos seus modos de vida tradicionais, a expropriação histórica de seus territórios revela as diversas formas com que o racismo se expressa no cotidiano. Essa relação é retratada pelo poeta Sul-mato-grossense Emanuel Marinho, no poema "Genocídio", que foi trabalhado nas atividades do eixo fome, no qual evidencia o cotidiano indígena em Dourados (figuras 05 e 06):

*"[...] tem pão velho?
não, criança
tem sua fome travestida de trapos
nas calçadas
que tragam seus pezinhos
de anjo faminto e frágil
pedindo pão velho pela vida
temos luzes sem alma pelas avenidas
temos índias suicidas
mas não temos pão [...]"*
(Emanuel Marinho, 1994)

A cerca das contribuições de Josué de Castro para problematizar as teorias que relacionam a fome à insuficiente produção de alimentos, mesmo com os avanços econômicos, sociais e sanitários nas últimas décadas – como o crescimento do setor agrícola e a produção global de alimentos teoricamente suficiente para satisfazer a demanda da população mundial



–, não há garantia de que todas as pessoas tenham acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes no Brasil e no mundo. Em paradoxo a essa questão, embora a fome tenha acompanhado a história, como afirma Castro 1984 (p. 5): “eis um problema tão velho quanto a própria vida”, e esteja em foco nos períodos de escassez de alimentos, ela perde a visibilidade e se incorpora a uma sociedade de abundância, na qual há enorme produção de alimentos.

O termo “Quarto de Despejo” em Jesus (2020) serve como uma poderosa metáfora para a intersecção dessas múltiplas formas de opressão. A autora revela como as experiências de fome e marginalização são intensificadas pela sobreposição de discriminações raciais e de gênero. A narrativa continua extremamente atual, pois demonstra como as inovações tecnológicas e sociais, embora abundantes, não conseguiram alterar fundamentalmente os padrões de exclusão social.

Assim, a fome incorpora novas tecnologias e saberes, se adapta aos novos tempos, mas os grupos sociais que ela atinge não se alteram nesse, criando práticas sociais sem perder sua característica de escassez e marginalização. É no “quarto de despejo” (Jesus, 2020) que estas múltiplas opressões criadas a partir de uma história de dominação se cruzam, interseccionando-se para dar origem a novas formas de lidar com a realidade, corporificam-se a partir dos corpos negros e marginalizados:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...].



Eu tenho só feijão e sal. [...]

Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais[...]. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice.

Ela me deu a banha e arroz.

Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual, a fome!

(Jesus, 2020, p. 36)

As comunidades de baixa renda impactam na deterioração do indivíduo em vários aspectos. No que diz respeito à alimentação, é necessário considerar e implementar um conjunto de fatores para assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional, o que também abrange o direito a uma habitação digna. Assim, as políticas públicas que tratam desse assunto afirmam que a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA só é possível se os outros direitos estiverem protegidos, uma vez que esses direitos são interconectados e inseparáveis. Como consequência do descumprimento e da violação do DHAA a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional - ISAN é instaurada.

Em “Quarto de despejo: diário de uma Favelada”, a autora enfrenta cotidianamente situações de privação alimentar que perpassam os três níveis de ISAN. O medo ou o receio de sofrer fome, caracterizado como quadro de ISAN leve de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), é vivenciado durante toda a obra. Jesus, 2020, perante suas manhãs se aflige receosa pelo



que “não” possa encontrar em sua despensa: “De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer” (p. 45).

O medo e a preocupação da autora apenas se calam com o suprimento de suas necessidades alimentícias, onde a sensação de alívio é estabelecida de imediato: “Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão [...] O nervoso interior que eu sentia ausentou-se” (Jesus, 2020, p. 20). Em outras passagens, pode-se observar a restrição na quantidade de alimentos no domicílio. Além da diminuição da quantidade, salienta-se que a qualidade do alimento também é comprometida: “Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha” (Jesus, 2020, p. 19).

Do mesmo modo, a situação de fome atinge seu nível máximo na vida de Carolina, quando compromete não somente sua alimentação, mas também a de seus filhos, caracterizando um quadro de ISAN grave: “Porque a fome é a pior coisa do mundo. Eu disse para os filhos que hoje nós não vamos comer. Eles ficaram tristes” (Jesus, 2020, p. 171).

Ao analisar a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar na obra, observa-se o retrato do Brasil dos anos 50, período em que pouco se discutia essa problemática. Naquela época, as ações governamentais priorizavam o desenvolvimento tecnológico e a prosperidade econômica, enquanto políticas de assistência às camadas mais desfavorecidas eram escassas. Somente com estudos como os de Josué de Castro, que mapea-



ram a fome no país, percebeu-se que a má alimentação tinha causas sociopolíticas, algo que Carolina já sabia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Josué de Castro foi fundamental para compreensão da relação entre distribuição territorial, desigualdades socioeconômicas e acesso à alimentação adequada, bem como evidenciou como fatores geográficos e políticos contribuem para a perpetuação da fome, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem essas variáveis estruturais. Jesus, décadas depois foi “cirúrgica”, trouxe uma perspectiva autobiográfica sobre as condições precárias das populações marginalizadas urbanas, ilustrando como a pobreza e o racismo estrutural impactam diretamente na vulnerabilidade à fome.

A discussão sobre (In)segurança Alimentar e Nutricional nas vivências aprofundou o entendimento acerca dos desafios contemporâneos na garantia do direito à alimentação no Brasil, destacando as vulnerabilidades específicas enfrentadas por grupos marginalizados e mulheres. Além disso, a análise das relações entre fome, raça e gênero revelou que esses fatores não atuam isoladamente, mas se entrelaçam em processos complexos que reforçam desigualdades sistêmicas. Mulheres negras em situação de vulnerabilidade social frequentemente enfrentam maior risco de insegurança alimentar devido às interseções entre racismo estrutural, sexismo e pobreza.

Este relato de experiência revela apenas uma pequena dimensão de tudo que é vivido, sentido, e





atravessado pelas/os extensionistas e pelas/os professoras/res do Projeto, mas reafirma sobremaneira o motivo pelo qual se mantém tão ativo e firme no seu propósito - promover a reflexão crítica aos jovens das escolas parceiras participantes, para que reconheçam suas potencialidades de realizar mudanças - como disse Jesus (1986): “Ah, o mundo vai modificar -se. Não gosto do mundo como ele é”.

Por fim, o relato demonstrou a importância de abordagens interdisciplinares que integrem aspectos sociais, políticos e culturais na discussão sobre a temática fome. Também ressaltou o papel da educação antirracista como instrumento fundamental para desconstruir estigmas associados à fome e à Segurança Alimentar e Nutricional frente as populações marginalizadas.

REFERÊNCIAS

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. DOU de 18.9.2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

Brasil. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação**



nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 abr. de 2025.

Barreto, Keila Lemos de Oliveira *et al.* **Fome urbana no Brasil: a denúncia do passado e o fato no presente (1930-2022).** 2024. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/5151>. Acesso em 20 de abr.2025

Castro, Josué de. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/473/o/CASTRO_Josu%C3%A9_de_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

Campelo, Tereza; Bortoletto, Ana Paula (Org.). **Da Fome à Fome.** São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/wp-content/uploads/2022/07/DaFomeaFome.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Crenshaw, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

Faria, L. L. D., & Martins, C. P. “Terra é Vida, Despejo é Morte”: Saúde e Luta Kaiowá e Guarani. Psicologia: **Ciência e Profissão**, 43, e245337. 2023.

Graziano J. **O problema da fome não está na produção de alimentos** - entrevista. Rev. Radis. 2018; 186:23-4.

JESUS, Carolina Maria de (2016). **Diário de Bitita.** São Paulo: Sesi/SP.



Jesus, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma Favelada. Edição comemorativa (1960 -2020) São Paulo: Ática, 2020.

RODRIGUES, C. E.; VALE, T. C. de S. C.; RAMOS, D. A. de. **Políticas públicas para segurança alimentar e os direitos humanos para a mulher negra brasileira no período de 1994 a 2022**. Observatório de la economía latinoamericana, [S. l.], v. 23, n. 1, p. e8551, 2025. DOI: 10.55905/oelv23n1-042. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/8551>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Rede PENSSAN. **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19** [livro eletrônico]. I VIGISAN – 2021. Março de 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

Rede PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19** [livro eletrônico]. II VIGISAN – 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Rede PENSSAN. **Nota sobre estimativas de fome e insegurança alimentar para o Brasil**. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2022/07/Nota-sobre-SOFIEBIA-2022-Brasil.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Silva, Silvana Oliveira da *et al.* **A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 38, n. 7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>. Acessado 16 mai. 2025.



SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)



CLAUDIA MARQUES ROMA

Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi presidenta da AGB-Presidente Prudente; presidenta do Sindicato dos(as) docentes da UFGD e atuou no Conselho Municipal de Saúde - Dourados (2022-2023) e movimentos de mulheres. Tem interesse nos seguintes temas: desigualdades socioespaciais e interseccionalidade Raça-Gênero-Classe; Educação Antirracista; fronteira(s) e saúde; saúde e relações étnico-raciais; feminismo; corpo. Pesquisadora e Extensionista. ex-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD (2023-2025). Coordenadora do Projeto "Territórios de Escrevivências" – PDPG- Políticas Afirmativas-Capes. Mãe da Sara e da Olívia.

E-mail: claudiaroma@ufgd.edu.br

ALEXANDRA SANTOS PINHEIRO

Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Concluiu pós-doutorado na Universidad de Jaén (2012-2013) e na Universidad de Salamanca (2018-2019). É professora titular da Universidade Federal de Dourados UFGD. Integra os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos Literários e Culturais – UFGD e Poéticas do Imaginário e Memória – UNIOESTE e Crítica feminista e Autoria feminina: cultura, memória e identidade - UFGD. Também integrante do GT A mulher na Literatura e é Bolsista de Produtividade em Pesquisa - PQ2

E-mail: alexandrapinheiro@ufgd.edu.br



RAFAEL DE JESUS BRAZ

Professor de Língua Inglesa, mestrando em Literatura e Práticas Culturais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista de mestrado pelo Projeto de Extensão Territórios de Escrivência (UFGD), financiado pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação Políticas Afirmativas e Diversidade. Graduado em Licenciatura em Letras Habilitação Português/Inglês Pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Membro do grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF), e membro do grupo de pesquisa Crítica Feminista e Autoria Feminina: cultura, memória e identidade.

E-mail: rafael.jesusbraz@gmail.com

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO

Professora titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e credenciada no Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Geografia da mesma instituição. Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado), Mestrado e Doutorado em Geografia, pela UNESP, campus de Presidente Prudente, e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2011) e pela UNESP, campus de Presidente Prudente (2016). É coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA/UFGD. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), do Grupo de Pesquisa GASPERR (UNESP/PP) e do Grupo de Pesquisa TERRHA (UFGD).



E-mail: mariajosemartinelli@ufgd.edu.br

ALEX SANDRO VERGINO LIMA

Atualmente é docente na Rede Estadual de Ensino - MS, onde atua desde o ano de 2022 e discente do doutorando, no Programa de Pós-Graduação em Geografia - (PPGG/UFGD) com vínculo bolsista CNPQ. Possui mestrado em geografia pelo PPGG/UFGD, onde foi bolsista Capes e atuou como representante discente entre os anos de 2019 e 2021. Tem interesse nos temas de pesquisa que envolvem, desigualdades socioespaciais, fronteira(s) e saúde, território e saúde, promoção da saúde campesina e luta pela terra. Pesquisador, homem negro, sem-terra e professor, que tem como primazia contribuir para a construção de uma educação antirracista e equitativa.

E-mail: lxlima705@gmail.com

LIDIANE CRISTINA LOPES GARCIA DE SOUZA

Professora mestra em Geografia formada pela UFGD. Atualmente, cursa doutorado na UFGD. Leciona a disciplina de Geografia pela Secretaria do Estado de Educação (SED/MS) e atua nos cursos de Geografia e História do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).

E-mail: lidianecristinalopesgarcia@gmail.com



VALÉRIA SALES MENEZES

Graduada em Letras - Português/Espanhol pela UEMS (2016); Mestra em Letras - Literatura e Práticas Culturais pela UFGD (2019); Doutoranda em Letras pelo mesmo programa da UFGD (Bolsista CAPES). É Professora de Língua Espanhola por ofício e paixão. Atua na EE Ramona da Silva Pedroso como Coordenadora de Área de Linguagens e suas Tecnologias e orientadora/supervisora no PICTEV IV (Bolsista FUNDECT). Tem interesse nos seguintes temas: literatura comparada; estudos sobre memória e testemunho; história oral e ensino de língua espanhola.

E-mail: valeria.menezes@hotmail.com

GABRIELE CERZÓSIMO QUINZANI

Licenciada em Letras com habilitação em Literatura pela Universidade Federal da Grande Dourados (2016-2019). Possui especialização em Gestão Escolar pela Faculdade Focus (2021). Atua como professora efetiva de Língua Portuguesa na Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso desde 2020. Possui vínculo atual com a UFGD como acadêmica em Letras com habilitação em Língua Inglesa e como supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

E-mail: professoragabrielanf@gmail.com



EDMUNDO MARTINS BATISTA

Graduado em Ciências Biológicas - Licenciatura (2015-2018) pela Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência em Biologia Geral, com ênfase na área de Ensino de Ciências e Biologia. Especialização em Metodologia de Ensino da Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva (2023-2023) e especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química. Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal da Grande Dourados. É integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Horizontes Compreensivos em Ciências e Química - GEPHCECQ. Atualmente exerce a função de Professor Coordenador de Práticas Inovadoras na Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso, em Dourados. É Coordenador do Projeto de Pesquisa submetido e aprovado, na 4ª edição do PICTEC-MS com a temática de divulgação científica através de práticas de educomunicação na escola.

E-mail: emartinsbatista@gmail.com

WAGNER SOUZA GOULART

Graduado em Geografia bacharelado pela UFMS (2005); Graduado em Geografia Licenciatura pela UFGD (2012); Mestre pela Programa de pós graduação em Geografia UFGD (2017). Professor de Ensino Básico da Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso do Sul desde 2013.

E-mail: wagner.131903@edutec.sed.ms.gov.br



ALANDISSON DOS SANTOS

Atualmente é aluno de graduação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem interesse no seguinte tema: Educação e Geografia Antirracista. Pesquisador e Extensionista. Coordenador de eventos do centro acadêmico de geografia da UFGD (2024-2025). Artista com trabalhos voltados para o *rap*: MC de batalha (2017-2020), Produtor musical, compositor (2018-2025) e Oficineiro (2023-2024).

E-mail: alandisson123@gmail.com

JULIO GONÇALVES DA SILVA

Atualmente é professor de geografia nas redes Estadual e Municipal de Rio Brilhante MS. Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2018), possui mestrado também pela mesma instituição (2021). Tem interesse nos seguintes temas: Saúde e relações socioespaciais; Desigualdades regionais e acesso a saúde coletiva; Educação Antirracista.

E-mail: Juliosilvagd2@hotmail.com



ANA PAULA ARCHANJO BATARCE

Mulher negra, mãe, doutora, sindicalista, esposa, amiga, professora, pesquisadora, militante e ativista das causas sociais e em especial do movimento negro. Dedicase a busca de habilidades que permitam desenvolver possibilidades de criar estratégias empíricas antirracistas no contexto educacional do nosso país. Professora adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/ Campus Aquidauana do curso de Geografia. Pós-doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Departamento de Geografia da USP – FFLCH. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - Rio Claro (2016). Pesquisadora visitante 2014-2015 do Departamento de Geografia da “Queen Mary” - Universidade de Londres/UK. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2004). Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2001). Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (2014). Coordenadora do projeto de Pesquisa “Territórios quilombolas no Mato Grosso do Sul e suas realidades”. Coordenadora do Projeto de Extensão “Negritude em Debate – NED” desde 2019. Coordenadora do projeto de Extensão “Escrevivências no território: Lugar de escuta e lugar de fala (2025). Pesquisadora do Projeto de Extensão “Práticas socioespaciais cotidianas e territórios de escrevivências: potencialidades da leitura da obra/vida de Carolina Maria de Jesus”. As pesquisas estão voltadas à Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Diversi-



dade étnico-racial, Geografia da população, Geografia agrária, produção do espaço regional e meio ambiente.

E-mail: ana.archanjo@ufms.br

EDVIM LOURENÇO COSTA MOREIRA BORGES

Carinhosamente apelidado pelos familiares e amigos de Atxixú nasceu no dia 27/09/91 em Bissorã/OIO região norte da Guiné-Bissau, finalizou os estudos primários e o liceu (ensino médio) na ilha de Santiago - Cabo Verde. Residente no Brasil desde 2011. Formado em Geografia-Licenciatura pela Universidade Federal da Grande Dourados, apaixonado pela docência de Geografia e Inglês (mais de 10 anos de experiência). Educador antirracista que acredita na educação como fator chave para a mudança de um indivíduo e a sociedade.

E-mail: EDVIMBORGES27@gmail.com

ENY LÍCIA PIMENTA MONTENEGRO

Nutricionista graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com experiência na área da saúde, onde atuou com equipes multiprofissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e na área da educação, onde exerceu a função de responsável técnica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente, é graduanda no curso de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e participa do projeto de pesquisa e extensão "Territórios de Escrivências". Seu interesse se concentra na intersecção entre nutrição e saúde mental, buscando compreender como esses campos se influenciam mutuamente.

E-mail: eny.montenegro043@academico.ufgd.edu.br



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
DA PÓS-GRADUAÇÃO
**POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E DIVERSIDADE**



PROEXT - PG
UFGD



**TERRITÓRIOS DE
ESCRIVÊNCIAS**
Pesquisa + Extensão



UF
GL20
ANOS

UF
GD
editora

ISBN 978-858147237-9



9

788581

472379